

GRUPO DE TRABALHO TÉCNICO SOBRE CONSELHOS E CONFERÊNCIAS NACIONAIS

RELATÓRIO FINAL

Secretaria-Geral da Presidência da República
Secretaria Nacional de Participação Social

Abril de 2024

Índice

SISTEMATIZAÇÃO DO PROCESSO	3
1. Processo de criação e constituição do GTT	3
2. Composição	6
3. Metodologia	9
DIAGNÓSTICO	17
Histórico dos Colegiados/Conselhos/Conferências	18
RECOMENDAÇÕES	23
1. Colegiados e Conselhos	24
Recomendações para colegiados e conselhos nacionais	24
2. Conferências Nacionais	31
Recomendações para conferências nacionais	31
3. Política de Formação	40
Recomendações para Política de Formação para Fortalecimento de Instâncias de Participação Social	40
PROPOSTAS	49
ANEXOS	55
ANEXO I	56
Documentos norteadores reuniões GTT	56
ANEXO II	72
Extrato das propostas apresentadas no GTT	72
ANEXO III	113
Síntese dos seminários	113
ANEXO IV	116
Contribuições da Consulta Pública	116



SISTEMATIZAÇÃO DO PROCESSO



1. Processo de criação e constituição do GTT

A institucionalização do Grupo de Trabalho Técnico sobre Participação Social em Colegiados e Conferências Nacionais (GTT) se inicia com a retomada

e reconstituição das políticas participativas no atual governo como compromisso que considera o legado dos governos democráticos e populares, os ditames constitucionais da democracia participativa, o programa de governo aprovado nas urnas e as proposições do Comitê Conselho de Participação Social do governo de transição.

Entre as medidas prioritárias do Conselho de Participação Social do governo de transição estava a revogação imediata do [Decreto nº 9.759/2019](#), com a perspectiva de reinstalar e recompor todos os conselhos nacionais de políticas públicas que foram extintos, inativados ou descaracterizados no governo anterior e a criação de novas diretrizes, princípios e normas para institucionalização de colegiados com participação da sociedade civil.

Outra medida proposta pela transição foi a reformulação das conferências nacionais, visando a elevação da qualidade da participação social e a efetividade das respostas governamentais.

Para o acompanhamento das medidas, a Secretaria-Geral da Presidência da República atribuiu à sua Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) como responsável pela construção e coordenação da criação de novas diretrizes, princípios e normas para realização desses processos.

Dessa forma, após elaboração de proposta e consulta aos ministérios, a Secretaria Nacional de Participação, por meio da [Portaria SG/PR nº 166](#), de 29 de setembro de 2023, instituiu o Grupo de Trabalho Técnico (GTT) sobre Participação Social em Colegiados e Conferências Nacionais com o objetivo de qualificar a participação social e efetividade das respostas do governo federal. Após o prazo de 90 dias estabelecido pela portaria, os trabalhos foram prorrogados por meio da [Portaria SG/PR nº 170](#), de 12 de dezembro de 2023, em mais 90 dias.

Com o GTT instituído, o grupo formado por servidoras e servidores designados de 30 ministérios, ao qual se somou no processo dos trabalhos o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), juntamente com membros da Secretaria-Geral, tiveram como incumbência elaborar, durante as oito reuniões e dois seminários realizados entre novembro de 2023 e fevereiro de 2024, propostas e diretrizes que orientem o funcionamento dos mecanismos e

instâncias democráticas de diálogo, participação social e gestão participativa:
conselhos e conferências nacionais.

2. Composição

Após consulta formal da Secretaria-Geral, os seguintes órgãos demonstraram interesse em participar do Grupo de Trabalho Técnico, com indicação dos seus titulares e suplentes:

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

Jayanne Andrade Ramos e Ivana Merched Oliveira Guerreiro

MINISTÉRIO DAS CIDADES

Bruno Tibúrcio Pereira da Silva e Rachel Benedet de Sousa Martins

MINISTÉRIO DA CULTURA

Mariana Braga Teixeira e Xauí Peixoto Tores Azevedo

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Elisangela Lizardo de Oliveira e Denise Aparecida de Carvalho

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Ludymilla dos Santos Chagas e Camilla Kely Pacheco Perpétuo

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR

Samuel de Albuquerque Carvalho e Elisabeth Maria Cardoso

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Natália Mori e Paula El-Jaick de Barros Franco Yida

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

Jéssica Leite Silva e Maira Taina de Almeida Magalhães

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Anna Karla da Silva Pereira e Danielle Santa Brígida

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Alessandra Santos de Assis e Itanamara Guedes Cavalcante

MINISTÉRIO DO ESPORTE

Dênis Rodrigues da Silva e Leonardo Barbosa Rossato

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Vítor Marcelo Almeida e Fabio Costa de Souza

MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL

Artur Sinimbu Silva e Larissa da Cruz Santiago

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Carmen da Silva Ferreira e Henrique Piotto

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Elizeu Soares Lopes e Leozílio Ferreira França

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

Marcela Oliveira Scotti de Moraes e Tácius Fernanades da Silva

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Alexandre Mário de Freitas e Márcia Alves de Figueiredo

MINISTÉRIO DAS MULHERES

Atiliana da Silva Vicente Brunetto e Natália do Socorro Lima

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Adriana Vilela Toledo e Monica de Holanda Cavalcanti

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Anderson Luiz Alves de Oliveira e Felipe Rhavy de Campos Antunes

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS

Cris Tupan e Ana Patte

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Luciano Garcia Lourenção e Thiago Veras do Valles

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Lucia Regina Florentino Souto e Aíla Vanessa David de Oliveira Sousa

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Sérgio Luiz Rodrigues Pereira e Tereza Martins Godinho

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Cloves Eduardo Benevides e Paloma Campos Nascimento

MINISTÉRIO DO TURISMO

Juliana Paula de Paiva Oliveira e Rodrigo Moreles Canez

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Anjuli Tostes Faria e Roberta Guerra Holder Belfort Campos

ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

Cláudia de Souza Trindade e Leila de Moraes

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA

Igor Fonseca e Daniel Avelino

SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Raimunda Nonata Monteiro e José Ivan Mayer de Aquino

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Fabio Meirelles Hardman de Castro e Maria América Menezes Bonfim Hamu

SECRETARIA NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

COORDENAÇÃO

Valmor Schiochet, Secretário Adjunto – Coordenador do GTT

Paulo José de Oliveira, Diretor de Participação Social – Coordenador substituto do GTT

Caroline Buosi Molina, Coordenadora-Geral de Participação Social

Ronald Ferreira dos Santos, Coordenador-Geral de Articulação

Clóvis Henrique Leite de Souza, assessor da Diretoria de Educação Popular

APOIO TÉCNICO

Carla de Paiva Bezerra, Diretora de Participação Digital e Comunicação em Rede

Pedro de Carvalho Pontual, Diretor de Educação Popular

Ubirantan de Souza, Diretor de Planejamento e Orçamento Participativo

Lizane Lúcia de Souza, Coordenadora da Diretoria de Participação Social

Mariana Marra Dantas, Assistente Técnica da Diretoria de Participação Social

Marina Soares Sabioni Martins, Assistente Técnica da Diretoria de Participação Social

Marcelo Pires Mendonça, Coordenador de Projetos da Diretoria de Participação Social

Eleana Paula de Oliveira Moraes, Assistente Técnica da Diretoria de Participação Social

3. Metodologia

i. Mapa mental

Para os trabalhos do GTT, foi elaborado como instrumento metodológico um mapa mental, contendo subsídios teóricos e normativos sobre o tema e repositório das memórias das reuniões e seminários realizados no âmbito do grupo. O mapa pode ser acessado em: <https://mm.tt/app/map/2978078294?t=m7zUEtfn8G>.



Exemplos de conteúdos presentes no mapa mental

Como pode ser visto na imagem acima, o mapa mental foi organizado pelos seguintes tópicos: Memória; Propostas; Subsídios, contendo os atos normativos, manuais, documentos e pesquisas.

Na área "Memória" é possível encontrar os documentos norteadores das reuniões e os documentos de relatoria e sistematização de cada uma delas. Em "Propostas", é possível acessar os extratos com todas as propostas formuladas pelos grupos. Em "Subsídios", estão os atos normativos que dão embasamento jurídico e institucional aos trabalhos, como a Portaria 166/2023, que instituiu o GTT, e o Decreto 10.160/2019, que instituiu a Política Nacional de Governo Aberto e o Comitê Interministerial de Governo Aberto.

Também constam no mapa mental alguns manuais, como o Manual de Integridade Pública e o Guia Prático para avaliação de Processos Participativos. Documentos como o de Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil e o Relatório Final de Transição do Governo também

podem ser consultados. Algumas pesquisas sobre conferências e conselhos estão sistematizadas no mapa, podendo ser encontrado artigos científicos publicados, pesquisas consolidadas pelo Ipea, entre outros documentos com informações relevantes para os membros do grupo.

O mapa foi elaborado para ser um recurso de consulta e continuidade dos esforços em promover uma participação social mais efetiva e inclusiva no Brasil, além de ser um recurso de acompanhamento do andamento dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo.

ii. Atividades de construção coletiva

O GTT preconizou a construção coletiva de propostas em dois blocos temáticos. Inicialmente, debruçou-se na elaboração de recomendações e diretrizes para colegiados e conselhos nacionais; e na sequência, sobre conferências nacionais. Cada bloco iniciou os trabalhos com a realização de um seminário sobre o tema referido, seguido de reuniões técnicas de trabalho.

a. Seminários

Com o objetivo de iniciar e dar insumos às discussões nas reuniões técnicas de trabalho, foram organizados dois seminários, um antes do início de cada ciclo, sobre conselhos e outro sobre conferências. Para a participação dos seminários, foram convidados além dos titulares e membros do GTT, as equipes das Assessorias de Participação Social e Diversidade dos ministérios, conselheiros e conselheiras dos conselhos nacionais e representantes da sociedade civil.

O primeiro seminário, realizado em 16 de novembro de 2023, no Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto, de 14h às 18h, teve como tema central os colegiados nacionais, discutindo o cenário atual, inovações, história, papel dos conselhos na democracia e desafios enfrentados pelos colegiados.

O seminário foi realizado com uma sequência de exposições de pessoas convidadas e depois comentários da plateia. As falas principais foram realizadas por:

- **Moderadora:** Caroline Molina – Coordenadora-Geral de Participação Social
- Renato Simões - Secretário Nacional de Participação Social
- Flávio Camargo Schuch - Secretário Adjunto da Secretaria Executiva
- Pedro Ivo – Conselheiro do Conselho de Participação Social e ex-conselheiro do Conama
- Leonardo Pinho – Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania
- Débora Almeida – Professora da Universidade de Brasília (UnB)
- Carla Almeida – Professora da Universidade Estadual de Maringá (UEM)

O segundo seminário, que objetivou dar insumos e iniciar as discussões para as reuniões técnicas sobre as conferências nacionais, aconteceu em 23 de janeiro de 2024, no Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto, pela manhã (9h30 às 12h) e pela tarde (14h às 18h). A Mesa 1, no período da manhã, teve como tema Conferências Nacionais: desafios para ampliação, qualificação e efetivação da participação social e falas realizadas por:

- **Moderador:** Renato Simões – Secretário Nacional de Participação Social
- Carmela Zigoni - Doutora em Antropologia, Assessora Política do Inesc, integrante do Grupo de Referência da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político
- Daniel Avelino - Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
- Leonardo Avritzer - Cientista político, Pesquisador e Professor da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

À tarde, na Mesa 2, que teve como tema Conferências Nacionais: experiências recentes, as exposições foram realizadas por:

- **Moderador:** Valmor Schiochet - Secretário Nacional de Participação Social Adjunto (Coordenador do GTT)
- Marcus Vinicius: Presidente do Conselho Nacional da Juventude – CONJUVE
- Elisabetta Recine - Presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA

- Margareth Dalarovera - Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS
- Fernando Pigatto - Presidente Conselho Nacional de Saúde – CNS
- Priscila Zanandrez Martins - Pesquisadora e Professora da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
- Cleusa A. Silva - Representante da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras - AMNB/Plataforma dos Movimentos Sociais Por Outro Sistema Político.

As relatorias realizadas pela Secretaria Nacional de Participação Social dos dois seminários podem ser consultadas nos anexos deste relatório.

b. Reuniões

Como acima referenciado, as reuniões técnicas foram divididas em dois ciclos de discussão: o primeiro sobre colegiados e conselhos nacionais e o segundo sobre conferências nacionais. No primeiro ciclo, foram realizadas quatro reuniões e, no segundo, três, totalizando sete reuniões realizadas no Centro de Capacitação e Desenvolvimento da Presidência da República (CECAD-PR). Por fim, uma última reunião foi promovida para considerações finais ao relatório elaborado. Em todas elas titulares e suplentes dos ministérios convidados foram orientados sobre a sua realização com os detalhes sobre data, local, hora e temática a ser discutida. Os encontros ocorreram de 14h às 18h e tiveram a participação de representantes de 31 ministérios durante todo o processo.

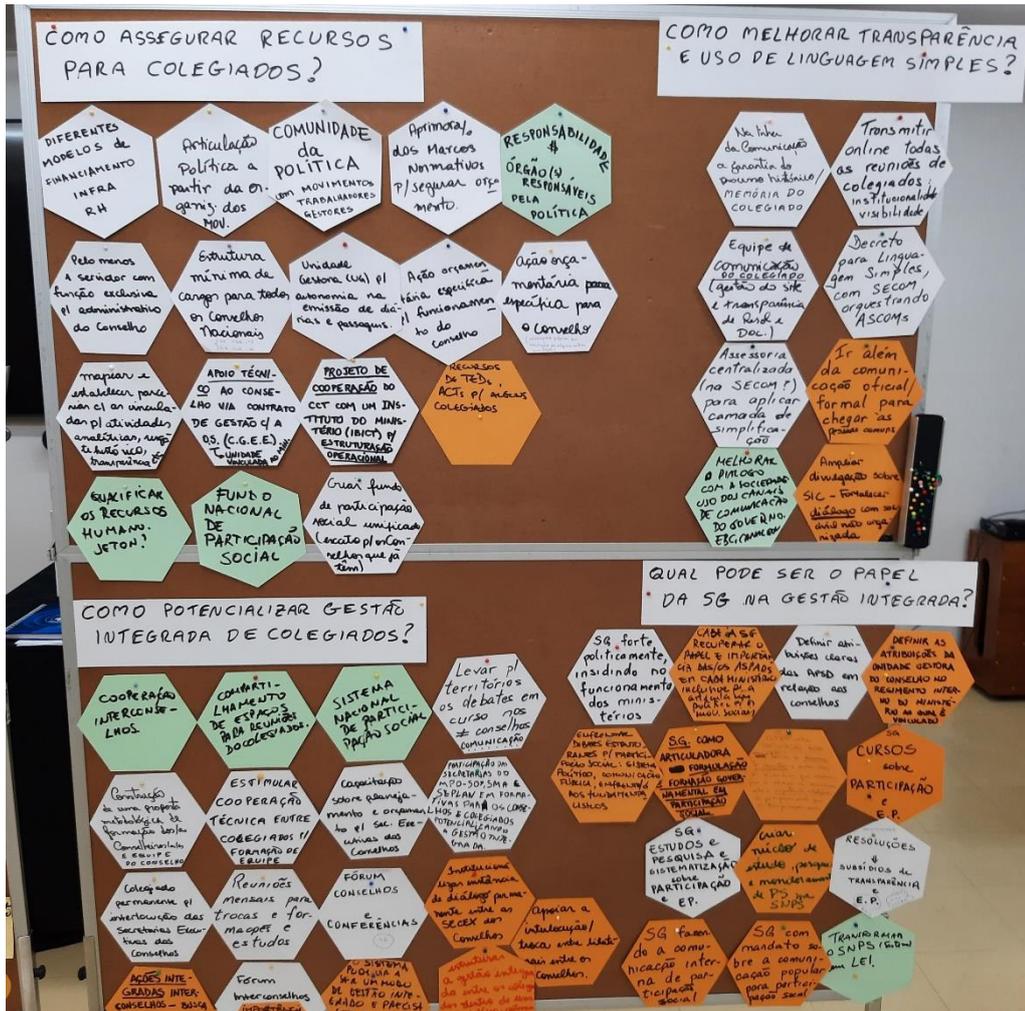
Para cada reunião, foi produzido pela equipe da Secretaria Nacional de Participação Social um documento contendo texto reflexivo e perguntas norteadoras que guiaram a construção de propostas. O documento era enviado com dois dias de antecedência aos membros por meio do endereço eletrônico dps@presidencia.gov.br para que fosse possível que os participantes refletissem sobre a temática antes da discussão em grupo.

Os encontros do GTT eram iniciados em uma única sala, em formato de círculo para facilitar a comunicação e visualização entre os membros, para um momento introdutório da temática e explicação da dinâmica de trabalho. Os

representantes ministeriais presentes, assim como a equipe de coordenação e de apoio técnico da SNPS, eram divididos em dois grupos, em salas diferentes, para que desenvolvessem de forma coletiva propostas a partir das perguntas norteadoras. Ao final da atividade em grupos, os representantes se reuniam, em formato de plenária, para apresentar as propostas formuladas e debate sobre as proposições.

Foram utilizados painéis na sistematização das propostas durante as discussões. Os participantes, durante as argumentações, eram estimulados a escrever suas propostas de forma objetiva nas tarjetas para facilitar a visualização e discussão do grupo.

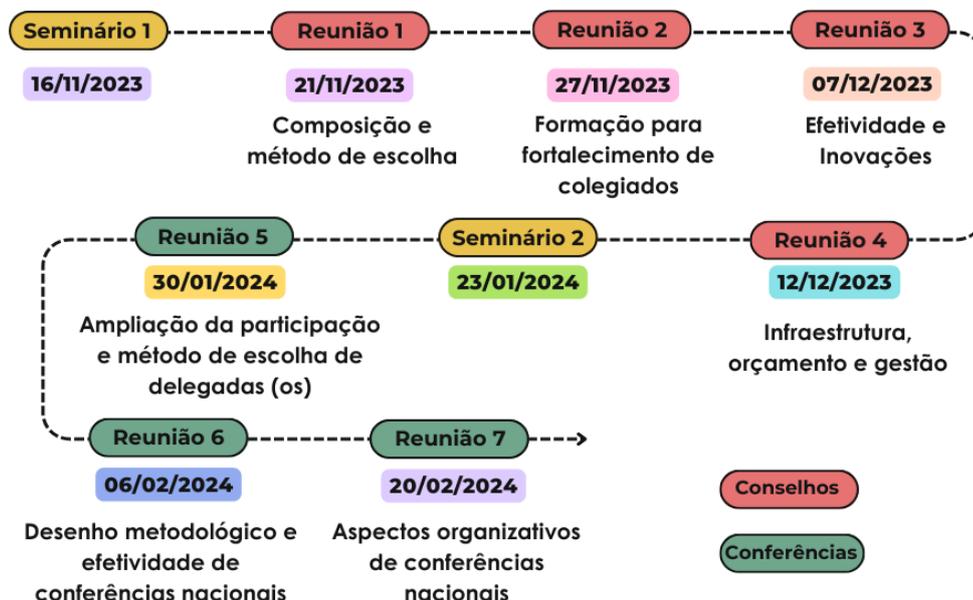
Exemplo de painel feito durante a Reunião 5, Grupo 2:



Após encerramento dos encontros, a equipe da SNPS se responsabilizava por recolher as tarjetas e sistematizá-las, juntamente com a relatoria de cada grupo. Todas as sistematizações foram incluídas no mapa mental em forma de documento. É importante salientar que as propostas contidas neste relatório são derivadas da sistematização e análise feitas pelos grupos e que as listas completas das propostas elaboradas coletivamente estão anexadas a este documento.

LINHA DO TEMPO DAS REUNIÕES TÉCNICAS SOBRE CONSELHOS E CONFERÊNCIAS NACIONAIS

Reuniões GTT



Os documentos norteadores completos das sete reuniões podem ser consultados nos anexos deste relatório.

iii. Consulta Pública

De forma complementar às propostas advindas das reuniões presenciais do grupo de trabalho técnico, foi disponibilizada uma consulta pública na Plataforma Brasil Participativo, aberta de 14 de dezembro de 2023 a 12 de fevereiro de 2024, em que cidadãos e cidadãos e membros de conselhos nacionais puderam enviar, de forma online, suas contribuições aos temas que foram tratados no GTT.

No espaço “Opine Aqui” da plataforma, abordou-se um conjunto de temas, sendo eles: critérios de composição dos colegiados, métodos de escolha de representantes, processos educativos e política de formação, efetividade das deliberações, inovações metodológicas, recursos necessários e transparência

dos colegiados. Ao final do período estabelecido, 49 contribuições foram enviadas.

O conteúdo pode ser visualizado por meio do link: Governo Federal - Participa + Brasil - Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração de diretrizes e orientações para colegiados nacionais com participação social. (www.gov.br)

iv. Articulação com conselhos e conferências

O GTT também incorporou proposições vindas de reuniões de trabalho da SNPS com órgãos do Governo Federal e colegiados neste contexto de reconstrução e reformulação dos conselhos nacionais, em destaque:

- Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente);
- Conpdec (Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil);
- CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social).
- Igualmente, participou ativamente das conferências nacionais realizadas em 2023 e início de 2024, colhendo contribuições:
- 13ª Conferência Nacional de Assistência Social;
- 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental;
- 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- 4ª Conferência Nacional de Juventude;
- Conferência Nacional de Educação 2024;
- 4ª Conferência Nacional de Cultura.



DIAGNÓSTICO¹



¹ Esta seção atende ao disposto do Art. 2º, inciso I, da Portaria SG/PR nº 166, de 29 de setembro de 2023 – “I - formular diagnóstico sobre atos normativos que orientam o funcionamento dos conselhos e comissões de políticas públicas e as conferências nacionais”.

Histórico dos Colegiados/Conselhos/Conferências

i. Período da Pós Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal de 1988 representou um marco histórico na institucionalização da participação social no Brasil. Após décadas de autoritarismo, a Carta Magna inaugurou um novo regime democrático que reconhecia a importância da participação popular na construção, acompanhamento e controle social da gestão de políticas públicas.

A partir da Constituição, diversos mecanismos e instâncias foram criados para garantir a participação da sociedade civil nas decisões do Estado. Entre os principais instrumentos, podemos destacar: as conferências nacionais, os conselhos gestores de políticas públicas, as ouvidorias públicas e os instrumentos de participação direta, como o plebiscito e o referendo.

A implementação e o aperfeiçoamento desses mecanismos representaram importantes avanços na democratização do país. No entanto, ainda há muito a ser feito para fortalecer a participação social no Brasil. Desafios como a baixa participação de grupos minoritários, a exclusão de mulheres e pessoas negras, o rápido desmonte das políticas de participação social e a falta de mecanismos de acompanhamento das decisões ainda se fazem presentes. Apesar da participação social ter se consolidado como um pilar fundamental da democracia brasileira, isso não impediu a desconstrução no passado recente.

ii. Desconstrução das políticas de participação

A partir de 2016, foi possível perceber uma tendência de desinvestimento e desinteresse em relação às políticas de participação social, seja com o esvaziamento de instâncias ou com a desestruturação da arquitetura de participação existente até então.

O Decreto 9.759/2019 limitou o funcionamento de colegiados nacionais, resultando no enfraquecimento da transparência e da participação social no setor público. Apesar dos desafios, houve resistência e mobilização em diversas esferas da sociedade civil e do próprio Estado, evidenciando a importância e a

vitalidade dos movimentos sociais na defesa da democracia e da participação cidadã.

iii. Movimento de revitalização das instâncias de participação social

O momento vivido a partir de 2023 se caracteriza por um renovado interesse em resgatar e promover a participação social como processo fundamental para a construção de um Brasil mais justo e democrático. Essa prioridade se traduz em ações concretas para reconstruir e fortalecer as instâncias e os mecanismos de participação, reconhecendo-a como direito fundamental e instrumento essencial para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e democráticas.

Dentre algumas ações nesse sentido, podemos destacar: a criação do [Sistema Nacional de Participação Social](#) e do [Conselho de Participação Social](#), o fortalecimento das conferências nacionais, a reconstrução dos conselhos de políticas públicas, a implementação de plataformas digitais como o [Brasil Participativo](#), a promoção da educação popular e o apoio à organização da sociedade civil.

Através da participação, os diferentes setores da sociedade podem contribuir com suas experiências, saberes e necessidades, garantindo que as políticas públicas sejam adequadas à realidade da população e atendam aos seus anseios.

iv. Desafios da Política de Participação Social: Reconstruir e Inovar

O panorama atual das instâncias de participação social no Brasil, marcado por um esforço de reconstrução e fortalecimento, enfrenta desafios complexos que demandam análise crítica e reflexões profundas. A implementação e o aperfeiçoamento de mecanismos de participação, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, estabeleceram avanços significativos na democratização do país. No entanto, o cenário de desinvestimento e desinteresse governamental, observado a partir de 2016, revelou a fragilidade e as limitações desses avanços, culminando na limitação

do funcionamento de colegiados nacionais, no enfraquecimento da transparência e participação social, inclusive nas conferências nacionais.

Diante desse contexto, emergem desafios cruciais que requerem inovação e abordagem reconstrutiva para assegurar a efetividade e a representatividade das instâncias de diálogo e decisão.

Inclusão e Representatividade

A reconstrução das políticas de participação social no Brasil confronta o desafio primordial de garantir inclusão efetiva e diversidade representativa em seus colegiados e conferências nacionais. As reflexões indicam que, apesar dos esforços prévios, existem lacunas significativas na representação de grupos minorizados, mulheres, pessoas negras, e outros grupos historicamente excluídos. A promoção de uma participação equitativa requer a adoção de estratégias inovadoras, como a implementação de cotas de gênero, raça e outros critérios de diversidade, além da revisão dos métodos de escolha para assegurar processos mais democráticos e inclusivos. O estabelecimento de mecanismos efetivos para superar as barreiras de entrada e permanência desses grupos nos espaços de deliberação se faz necessário, envolvendo desde a formulação de políticas de incentivo até a disponibilização de recursos específicos que permitam a sua ativa e contínua participação.

Adaptação às Mudanças Sociais e Tecnológicas

Outro desafio importante é a adaptação das estruturas e processos de participação às rápidas mudanças sociais e tecnológicas contemporâneas. A era digital impõe a necessidade de adaptar as instâncias de participação social às novas realidades tecnológicas, ampliando seu escopo por meio de plataformas digitais e ferramentas online, que podem ampliar significativamente o alcance e a eficácia da participação cidadã. No entanto, a implementação dessas tecnologias deve ser acompanhada de esforços para garantir que não excluam parcelas da população com acesso limitado a recursos digitais. Esse processo não apenas potencializa o alcance e a capacidade de engajamento das instâncias de participação, mas também traz desafios relacionados à inclusão digital e ao acesso às novas tecnologias. Assegurar que a transição para o digital não exclua segmentos da população requer investimentos em educação digital e na criação

de interfaces acessíveis, além do desenvolvimento de metodologias que combinem efetivamente a participação presencial e online.

Fortalecimento das Estruturas de Apoio e Gestão

O funcionamento eficaz dos colegiados e conferências depende diretamente da existência de infraestrutura de apoio robusta, que englobe desde a gestão administrativa e financeira até a comunicação e a transparência nas decisões. Desafios relacionados à infraestrutura, orçamento e recursos humanos necessitam ser superados para garantir a operacionalização eficiente dessas instâncias. Os desafios identificados apontam para a necessidade de estratégias que garantam recursos orçamentários adequados, a otimização de processos licitatórios, e a implementação de práticas de gestão integrada que pode promover a colaboração e o compartilhamento de melhores práticas entre diferentes colegiados, pode otimizar recursos e fomentar a inovação. A transparência e a adoção de linguagem acessível são cruciais para fortalecer a confiança na participação social, exigindo a implementação de sistemas de informação eficazes e a promoção de uma cultura de abertura e responsabilização capaz de fortalecer a confiança e a participação cidadã.

Monitoramento, Avaliação e Continuidade

Um aspecto crucial para a reconstrução das políticas de participação social é o estabelecimento de sistemas eficazes de monitoramento e avaliação que permitam o acompanhamento contínuo das deliberações e ações. A falta de mecanismos para assegurar a implementação das políticas deliberadas em conferências e colegiados mina a credibilidade e a efetividade dessas instâncias. A inovação em metodologias de avaliação, a adoção de indicadores de desempenho bem delineados, e a criação de plataformas digitais para o rastreamento de propostas são essenciais para assegurar que a participação social resulte em ações concretas e alinhadas com as necessidades e expectativas da sociedade, promovendo uma governança responsiva e democrática.

Desafios Operacionais

Além dos desafios estruturais e metodológicos, as instâncias de participação social enfrentam questões operacionais que impactam diretamente

sua eficácia. Entre elas, destaca-se a organização de processos conferenciais, que requer uma gestão eficiente de recursos, infraestrutura adequada e acessível, e estratégias eficazes para a disseminação de informações. A coordenação do calendário de conferências emerge como uma questão crítica para evitar sobreposições e garantir participação diversificada e engajada. O desafio inclui a otimização de processos licitatórios, a garantia de acessibilidade nas atividades e a gestão eficaz da informação, demandando soluções inovadoras que promovam a sustentabilidade financeira, a qualidade dos serviços e a inclusão efetiva de diferentes segmentos da sociedade.

Em síntese, a reconstrução e a consolidação das políticas de participação social no Brasil requerem um compromisso renovado com a inclusão, a diversidade, a eficácia, e a transparência, exigindo um esforço coletivo e multidisciplinar envolvendo governo, sociedade civil, e todos os setores interessados. Este processo contínuo de diálogo, aprendizado e ação colaborativa deve englobar desde a formulação de estratégias inovadoras até a implementação de práticas de gestão eficientes e adaptadas às novas realidades sociais e tecnológicas. Somente assim será possível assegurar que as instâncias de participação social cumpram seu papel fundamental na construção de políticas públicas mais justas, inclusivas e representativas, fortalecendo a democracia participativa como pilar essencial da governança no Brasil e contribuindo para a construção de um país mais justo, democrático e inclusivo.



RECOMENDAÇÕES



1. Colegiados e Conselhos

Recomendações para colegiados e conselhos nacionais

Os colegiados e conselhos nacionais são instâncias de diálogo entre governo e sociedade civil que desempenham papel fundamental na promoção da democracia participativa na gestão de políticas públicas. A composição e escolha de representação da sociedade que os integram são cruciais para garantir a eficiência, representatividade e legitimidade dos seus atos.

É necessário que estratégias específicas sejam desenvolvidas para a inclusão de grupos historicamente marginalizados, menos organizados ou com recursos limitados, de forma a enriquecer o debate e garantir que as políticas públicas sejam verdadeiramente inclusivas e abrangentes. Mecanismos devem ser implementados para diminuir as barreiras de entrada de grupos invisibilizados; para garantir a rotatividade e a representação diversificada, incluindo paridades e cotas.

O processo de escolha e nomeação de conselheiros e conselheiras é um pilar para a legitimidade dos colegiados, que deve primar pela transparência e participação popular. Iniciativas como seleções públicas e votações abertas validam e dão confiabilidade a essa composição.

A eficácia dos colegiados está intimamente ligada à distribuição equilibrada de poder entre seus membros. Um equilíbrio cuidadoso entre diferentes setores e grupos assegura que nenhum interesse dominante possa suplantar os demais, promovendo uma formulação de políticas mais justa e equitativa. A paridade representativa deve ser estendida para abranger o Estado em sua totalidade, incluindo os diferentes poderes. Essa abordagem promove um equilíbrio mais justo entre o executivo e outros setores do Estado. O GTT estruturou as seguintes propostas sobre esse tema:

i. Ampliação da participação

Recomendações em destaque

- Implementar cota mínima de, pelo menos, 50% de mulheres conselheiras (poder público e da sociedade civil), respeitando a alternância de gênero entre titulares e suplentes.
- Estabelecer cota mínima de 30% de pessoas Pretas e Pardas tanto entre representantes do poder público quanto da sociedade civil.
- Garantir cotas de representação de grupos sociais historicamente invisibilizados, como juventude, pessoas idosas, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, segmentos rurais, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, dentre outros.
- Promover processo transparente e acessível de seleção pública para escolha de conselheiros(as) da sociedade civil, dividido em três etapas: inscrição, habilitação e eleição da sociedade civil e movimentos sociais, garantindo o processo de escolha em foro apropriado, como assembleias organizadas pela sociedade civil, conferências nacionais temáticas ou por meio de eleições abertas.
- Garantir percentual mínimo de 50% de representantes não governamentais.
- Incluir critérios de representatividade de todas as regiões do país na composição dos colegiados de abrangência nacional, assegurando diversidade territorial nas discussões e decisões.

- Estabelecer mandatos com duração fixa para conselheiros(as) do poder público e da sociedade civil, limitados a quatro anos, com a possibilidade de uma única recondução.
- Fomentar a inclusão de representantes de setores populares mediante estratégias que englobem divulgação, simplificação de processos, capacitação, parcerias, mentorias, acessibilidade e suporte logístico, visando ampliar a diversidade do processo decisório.
- Assegurar que conselheiros(as) do poder público tenham poder decisório nos seus respectivos órgãos, sendo aptos a internalizarem as decisões do colegiado.

- Limitar a participação simultânea de uma mesma pessoa física em até 03 conselhos nacionais.
- Manter a Secretaria Nacional de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República informada e atualizada acerca do processo de composição e escolha de conselheiros e conselheiras.

ii. Gestão e funcionamento dos colegiados

A gestão de um colegiado nacional abrange conjunto de práticas que asseguram a eficácia e eficiência de sua operação. Essa gestão inclui a estrutura organizacional, definição de fluxos administrativos e responsabilidades, bem como processos de tomada de decisão. O funcionamento do colegiado também engloba administração de recursos, sejam eles financeiros, humanos ou materiais, e a comunicação interna e externa. Nesse sentido, é necessário implementar estratégias específicas que promovam uma gestão eficaz e eficiente no enfrentamento de desafios cotidianos dos colegiados nacionais. O GTT apresenta as seguintes recomendações para o tema:

Recomendações em destaque

- Estabelecer ação ou plano orçamentário específico e designar unidade gestora responsável para assegurar autonomia financeira e administrativa ao colegiado.
- Instituir estrutura funcional mínima necessária, assegurando a disponibilidade de cargos para assessoramento contínuo, incluindo, mas não se limitando, a assessoria jurídica e de comunicação. A equipe deve consistir em, pelo menos, um cargo de nível CCE.13 e dois cargos de nível FCE.10.
- Criar instância colegiada (comissão, comitê) permanente para acompanhamento da execução de políticas públicas e para avaliação da efetividade da participação social no âmbito de atuação do colegiado.
- Por ocasião da criação ou reformulação de colegiados e conselhos abrir um período/prazo para possibilitar a requisição de servidores para atuar em funções de apoio aos colegiados e conselhos.

- Realizar reuniões itinerantes por diversas regiões do país, facilitando a inclusão e a diversidade de perspectivas, mediadas por seus(suas) conselheiros(as), com distintos conhecimentos e experiências.
- Prever alternância entre representantes estatais e da sociedade civil na presidência do colegiado.
- Criar regras de responsabilização em caso de ausências reiteradas.

iii. Transparência dos colegiados

A transparência fortalece a confiança pública, pois quando as informações são claras e abertamente disponibilizadas, a percepção da sociedade sobre a legitimidade dos colegiados pode melhorar significativamente. A adoção de uma comunicação acessível promove a participação cidadã, facilitando o entendimento dos processos e decisões, permitindo maior e mais eficaz contribuição do público. Isso também se traduz em uma maior responsabilização e prestação de contas de representantes nos colegiados, já que as ações e decisões transparentes e compreensíveis são mais facilmente monitoradas e fiscalizadas pelo público. A clareza na comunicação melhora a qualidade das decisões, pois permite uma compreensão mais ampla dos problemas e das soluções propostas, enriquecendo o processo deliberativo. Nesse escopo, o GTT propõe:

Recomendações em destaque

- Instituir e garantir o funcionamento de mecanismos eficientes de registro permanentes e sistematização das atividades dos conselhos e colegiados nacionais, assegurando a manutenção de registros históricos acessíveis.
- Disponibilizar deliberações, resoluções, recomendações e demais atos normativos em site institucional do colegiado ou conselho nacional dentro do prazo máximo de 20 (vinte) dias após sua formalização.
- Implementar e manter atualizada a seção dedicada ao órgão colegiado na Plataforma Brasil Participativo.

• Viabilizar a transmissão ao vivo online das reuniões ordinárias e assegurar a disponibilidade de gravações para consulta posterior na página dedicada ao órgão colegiado.

- Garantir a acessibilidade dos materiais e informações, provendo recursos adequados para pessoas com deficiência, incluindo, mas não se limitando a, versões em libras, áudio descrição e textos em Braille.
- Promover a tradução dos materiais relevantes para línguas indígenas e outras necessárias, conforme a especificidade e demanda dos públicos atendidos pelos conselhos ou colegiados.
- Fomentar a adoção de práticas de transparência ativa, incluindo a disponibilização de informações sobre as atividades dos conselhos e colegiados, de forma a reforçar os princípios do governo aberto, do controle social e da participação social.

iv. Monitoramento de deliberações

Monitoramento e avaliação das deliberações de um Colegiado demonstram o progresso e a eficiência no uso dos recursos, fortalecendo a confiança pública; reforçam a legitimidade e aceitação social das suas ações, assegurando que as políticas públicas estejam alinhadas com as necessidades e expectativas da sociedade. Para tanto, o GTT apresenta como propostas:

Recomendações em destaque

- Dar publicidade ao cumprimento de deliberações, resoluções e recomendações em comunicação acessível e formato aberto, com a seguinte estrutura mínima: pauta, status, prazo, responsáveis, observações.
- Publicar relatório anual sobre cumprimento das deliberações, resoluções e recomendações, até março do ano seguinte.

v. Instâncias de articulação

Além de aspectos de gestão interna dos colegiados, o GTT debruçou-se a elaborar propostas de gestão integrada dos órgãos visando coesão e eficiência

nos processos; troca de experiências entre as secretarias executivas das diferentes instâncias; estabelecimento de agendas conjuntas e fomento a colaboração entre colegiados. Considerando a necessidade de melhoria da gestão de colegiados nacionais, seguem as propostas sobre essa temática:

Recomendação em destaque

- Instituir o Fórum Interministerial de Colegiados e Conferências Nacionais, com as seguintes finalidades: propor diretrizes para a ampliação e qualificação da participação social no âmbito dos conselhos e colegiados nacionais do Governo Federal; promover a articulação e a integração entre os conselhos e colegiados nacionais; elaborar diretrizes de mecanismos e metodologias que possam colaborar para o funcionamento dos diferentes colegiados e conselhos nacionais.
- Os conselhos e colegiados nacionais devem:
 - Participar, quando convocados, das reuniões do Fórum Interministerial de Colegiados e Conferências Nacionais;
 - Disponibilizar dados e informações sobre o colegiado quando demandadas pela Secretaria Nacional de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República.
 - Manter as Assessorias de Participação Social e Diversidade dos respectivos ministérios atualizadas acerca dos principais atos dos colegiados e conselhos.
- A Secretaria Nacional de Participação Social deve:
 - Orientar e acompanhar o cumprimento das orientações acerca do processo de composição e escolha de conselheiros e conselheiras.
 - Promover apoio técnico aos colegiados nacionais referente a sua gestão e funcionamento.
 - Implementar e difundir a Plataforma Brasil Participativo como canal unificado para informações dos colegiados e conselhos nacionais, no qual as secretarias executivas serão responsáveis pelas atualizações regulares das informações prestadas.
 - Sistematizar e divulgar boas práticas de gestão dos conselhos nacionais na Plataforma Brasil Participativo.

- Monitorar a implementação do módulo conselhos nacionais da Plataforma Brasil Participativo a promover capacitações sobre suas funcionalidades para as secretarias executivas e equipes técnicas dos respectivos colegiados nacionais.
- Desenvolver metodologias para articular decisões de conferências, com monitoramento via conselhos e com decisões nos tempos do ciclo orçamentário.
- Disponibilizar modelo com estrutura mínima de monitoramento de deliberações a ser adotado pelos colegiados nacionais.
- Apoiar, inclusive tecnicamente, os colegiados na estruturação de outros mecanismos de monitoramento de suas deliberações.
- Implementar gestão integrada de espaços físicos para reuniões de colegiados, promovendo o mapeamento e compartilhamento de salas equipadas, visando otimizar recursos, facilitar a logística e estimular a cooperação interconselhos.
- Criar Núcleo de Estudo, Pesquisa e Monitoramento em Participação Social, dedicado a analisar, aprimorar e inovar práticas de engajamento cívico, garantindo efetividade, inclusão e transparência nas políticas públicas e processos decisórios.
- Desenvolver guias de orientação para colegiados, visando aprimorar a eficácia, a participação democrática e a responsabilidade nos processos decisórios.
- Organizar com órgãos governamentais titulares do conselho para apresentação das deliberações e definição de responsabilidades entre os pares.
- Promover momentos de formação das secretarias executivas sobre processos participativos no ciclo orçamentário.
- Apoiar a convocação de reuniões temáticas ordinárias e parcerias com os diversos ministérios.

2. Conferências Nacionais

Recomendações para conferências nacionais

As conferências nacionais representam a materialização em larga escala do diálogo entre governo e sociedade. Cada etapa do processo conferencial oferece oportunidade única para moldar políticas públicas que reflitam as necessidades e aspirações da população.

Aumentar a participação em conferências nacionais significa envolver um espectro mais amplo da sociedade civil, incluindo grupos frequentemente sub-representados ou marginalizados, como mulheres, pessoas negras, povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades de baixa renda, jovens, idosos, pessoas com deficiência, entre outros.

Dessa forma, o GTT apresenta propostas e recomendações para que as conferências nacionais ampliem e qualifiquem a participação social, condição essencial para garantir que diferentes vozes e experiências contribuam para a formulação de políticas.

i. Ampliação da participação

Recomendações em destaque

- Implementar cota mínima de, pelo menos, 50% de mulheres como delegadas (poder público e da sociedade civil).
- Estabelecer cota mínima de 30% de pessoas Pretas e Pardas, tanto entre representantes do poder público quanto da sociedade civil, observando todas as etapas, municipais, estaduais e nacionais
- Garantir cotas de representação de grupos sociais historicamente invisibilizados, como juventude, pessoas idosas, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, segmentos rurais, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, dentre outros.
- Dispor de estrutura de cuidado para viabilizar, em especial, mas não unicamente, a participação de mulheres com crianças dependentes, conforme

dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, nas atividades conferenciais (deslocamento, hospedagem, alimentação, recreação infantil).

- Fomentar a realização de conferências livres, virtuais e temáticas para abranger um espectro mais amplo da sociedade.
- Estimular que debates sobre diversidade de gênero, raça, etnia, classe, territorialidades e participação social sejam contemplados nas instâncias organizadoras e etapas preparatórias de conferências.
- Fomentar a inclusão de representantes de setores populares mediante estratégias que englobem divulgação, simplificação de processos, capacitação, acessibilidade e suporte logístico, visando ampliar a diversidade do processo decisório.
- Ampliar os mecanismos de participação não institucionalizados, incentivando atividades que promovam o diálogo e a participação social fora dos espaços convencionais.
- Estimular a formação de agentes territoriais que atuem como intermediários entre as conferências municipais e os grupos locais.
- Promover a renovação de participantes, respeitando diversidades de gênero, raça, etnia e orientação sexual.
- Incentivar a inclusão dos processos municipais na organização das conferências, ampliando a participação para além do nível federal.
- Observar a adequação de dia e horário de realização das conferências para maximizar a participação.
- Viabilizar a participação no formato digital, considerando as especificidades de cada temática e território.
- Integrar interações digitais no processo das conferências, atentando-se aos riscos de exclusão, e utilizar plataformas de encontros assíncronos para partes das etapas da conferência.
- Realizar sorteios de delegados na população geral e estabelecer critérios para limitar a participação repetida em conferências.

ii. Desenho Metodológico das conferências

As conferências nacionais no Brasil têm sido fundamentais para fortalecer a democracia participativa, criando espaço vital para o diálogo entre governo e sociedade que resulta na formulação de políticas públicas. O aprimoramento metodológico do processo conferencial requer transparência e participação verdadeiramente equitativa. As metodologias devem estimular o diálogo e permitir a expressão de diferentes pontos de vista e perspectivas sociais.

Buscando atualizar e potencializar as metodologias das conferências para atender as atuais mudanças sociais, tecnológicas e políticas, o GTT apresenta as seguintes orientações.

Recomendações em destaque

- Fomentar a realização de conferências temáticas e livres, garantindo a interseccionalidade de participação.
- Investir em ações formativas que preparem os participantes para envolvimento mais efetivo e consciente nas conferências, garantindo comunicação acessível e inclusiva.
- Incluir em todas as etapas conferenciais o resgate de como foi a conferência anterior, quais deliberações foram implementadas e efetivadas nas políticas públicas
- Estabelecer diálogos contínuos com delegados após as conferências manutenção do engajamento.

iii. Engajamento de participantes

- Introduzir arte e formas culturais como linguagens nas conferências, promovendo espaços de escuta e expressão para setores com linguagem não formal.
- Capacitar delegados nos territórios para interpretar e fiscalizar políticas públicas, usando linguagem cidadã e inclusiva.
- Fortalecer as capacidades de lideranças sociais e inovar em contatos virtuais, incluindo a difusão de vídeos informativos sobre o processo das conferências.
- Promover a educação digital e utilizar instrumentos de gestão participativa para fortalecer o engajamento e a eficácia das conferências.

- Estimular a criação e uso de mapas colaborativos e painéis de monitoramento para visualizar a participação e impacto das conferências.

iv. Promoção de diálogo

- Realizar plenárias específicas pré-conferências, seminários preparatórios e rodas de escuta com os grupos sociais invisibilizados.
- Desenvolver metodologias que favoreçam o debate qualitativo e o aprofundamento das discussões, como mini plenárias e oficinas de capacitação com comunicação acessível e inclusiva
- Garantir financiamento para deslocamento de participantes da sociedade civil, especialmente aos grupos vulnerabilizados.
- Implementar dinâmicas de participação que permitam o enfrentamento e a negociação de conflitos de maneira construtiva.

v. Comunicação do processo

Recomendações em destaque

- Difundir vídeos informativos sobre as entregas do processo da conferência ao longo do seu calendário.
- Implementar etapas digitais e utilizar ferramentas digitais para ampliar a participação e comunicar com novos setores.
- Empregar comunicação popular e redes sociais para ampliar a conscientização sobre a importância da participação social.
- Transmitir conferências ao vivo, permitindo a participação ativa online.

- Utilizar meios de comunicação de massa e estratégias amplas de comunicação para divulgação.
- Utilizar TVs e rádios comunitárias para a disseminação de informações sobre as conferências e seus resultados, ampliando o alcance e a transparência.
- Implementar plataformas digitais que funcionem tanto como repositórios de informações quanto como meios efetivos de participação e debate.

- Garantir a transparência na gestão das conferências, disponibilizando informações sobre o processo organizativo, critérios de participação e mecanismos de deliberação.
- Utilizar comunicação acessível e promover a popularização do controle social em conferências.
- Ampliar ações educativas e informativas sobre participação e controle social.
- Preparar jovens nas unidades escolares para viver na democracia e participar ativamente das conferências.
- Divulgar e mobilizar acessibilidade para conferências, utilizando tecnologia para alcançar estudantes e jovens.

vi. Integração de processos

- Conectar as conferências aos respectivos conselhos, políticas, e planos nacionais, fortalecendo a integração e o impacto.
- Estabelecer as conferências como instâncias permanentes de participação, com mecanismos de resposta contínua à sociedade.
- Articular processos/metodologias com as políticas públicas, visando o desenvolvimento de consciências e práticas democráticas.
- Estabelecer uma conexão clara entre as conferências e os conselhos de políticas públicas, para que as deliberações das conferências tenham continuidade e sejam efetivadas.

vii. Monitoramento e avaliação

A eficácia das conferências pode ser comprometida pela falta de seguimento dos seus resultados.

Um compromisso renovado com a transparência e a responsabilidade pelos encaminhamentos é necessário, possivelmente por meio da delimitação clara de propósitos específicos para as conferências realizadas em diferentes contextos e etapas do ciclo de gestão das políticas públicas; da criação de plataformas digitais para identificar, cadastrar e acompanhar propostas; publicação de relatórios de progresso, dentre outras iniciativas.

O engajamento não termina com uma conferência nacional. Mecanismos de retroalimentação que informem os participantes sobre o progresso de suas

contribuições, desde a concepção até a implementação, podem valorizar as etapas locais como essenciais para o sucesso do processo. Alinhar as conferências ao ciclo de planejamento e orçamento, garantindo que os temas debatidos reflitam as prioridades políticas nacionais, exige uma estratégia coordenada que promova uma governança responsiva e um compromisso efetivo com decisões coletivas.

Recomendações em destaque

- Avaliar periodicamente as conferências anteriores para identificar áreas de melhoria e adaptar práticas futuras.
 - Divulgar relatórios finais e práticas de monitoramento das resoluções das conferências em plataformas de participação social.
 - Criar acervo da memória dos processos conferenciais, incluindo: atos normativos, cadernos participantes, processos avaliativos, deliberações, desenhos metodológicos, devolutivas, dentre outras.
 - Criar mecanismos de acompanhamento e implementação das propostas oriundas das conferências, garantindo que sejam consideradas nas políticas públicas, com orçamento próprio.
 - Articular instâncias de participação para o monitoramento e uso de painéis informativos.
-
- Desenvolver e implementar sistema unificado de monitoramento das deliberações das conferências, garantindo transparência e responsabilização.
 - Estabelecer mecanismos legais e operacionais para garantir a execução das propostas deliberadas nas conferências, incluindo a inserção no PPA e LDO.
 - Criar e promover observatório dos resultados das conferências, integrando-o aos serviços digitais do Governo Federal.
 - Utilizar ferramentas online para a construção de propostas e realização de reuniões sobre temas menos centrais.
 - Assegurar orçamento específico para a execução de projetos propostos nas conferências, vinculando as deliberações a recursos disponíveis.
 - Promover a integração das conferências com a gestão pública, utilizando-as como método de governo e de planejamento das políticas públicas.

viii. Recursos orçamentários e sustentabilidade do processo

A realização de conferências fortalece o processo de reconstrução da democracia participativa, servindo como espaço vital para o diálogo entre sociedade civil e governo, na busca conjunta por soluções para os desafios contemporâneos. No entanto, a efetividade desses encontros enfrenta desafios significativos que vão desde a logística e infraestrutura até a sustentabilidade financeira, passando pela complexa gestão de informações e documentos. Cada um desses aspectos exige atenção detalhada e soluções inovadoras que garantam não apenas a realização das conferências, mas também a sua eficácia em termos de resultados concretos e impacto social.

Recomendações em destaque

- Realizar eventos híbridos e conferências multissetoriais para otimizar recursos.
 - Buscar soluções administrativas como ata de registro de preços e contratação conjunta para ganhos de escala.
 - Assegurar que as conferências reflitam e influenciem o planejamento e orçamento governamentais, integrando-as ao ciclo de políticas públicas, incluindo recursos orçamentários próprios.
 - Incluir no Decreto 10.426/2020 a dispensa de Termo de Execução Descentralizada para a realização de conferências nacionais.
-
- Criar sistema que articule, integre e financie o conjunto dos processos conferenciais, incluindo orçamento próprio.
 - Criar Grupos de Trabalho Operacionais para organização das conferências, visando economia de escala.
 - Buscar emendas parlamentares com ação orçamentária específica e mapear outras fontes de financiamento, como fundos e patrocínios.
 - Incluir conferências no Plano Plurianual (PPA) como ação orçamentária e criar um fundo nacional de participação social, definindo claramente sua fonte de recursos.
 - Aprofundar o debate sobre o sistema de políticas públicas e repasses fundo a fundo.

- Considerar a gestão de espaços físicos próprios, em parceria público-privada, e realizar licitações conjuntas para diversos itens.
- Garantir financiamento adequado para a realização e sustentabilidade das conferências.

ix. Infraestrutura e acessibilidade

Ao pensar em garantir a qualidade dos serviços contratados para viabilizar a realização de processos conferenciais, é essencial considerar a necessidade de infraestrutura adequada e acessibilidade às atividades. Em um mundo em que a disparidade de acesso à tecnologia e as barreiras físicas continuam a excluir significativas parcelas da população do diálogo democrático, refletir sobre infraestrutura e acessibilidade torna-se um desafio aos próprios mecanismos de participação social.

Não se trata apenas de oferecer espaços físicos adaptados ou plataformas digitais acessíveis, mas de reconhecer e atender às necessidades específicas das pessoas com deficiência. A infraestrutura adequada e a acessibilidade não devem ser vistas como um custo adicional ou um desafio burocrático, mas como uma oportunidade para fortalecer a democracia, ampliando sua base de participação e tornando-a diversa e representativa. Isso requer comprometimento constante com a inovação, a flexibilidade e, acima de tudo, com a garantia de direitos para assegurar equidade e permitir que todas as pessoas possam contribuir como cidadãs na gestão participativa das políticas públicas.

Recomendações em destaque

- Contratar assessoria técnica específica, para viabilizar acessibilidade de forma sistêmica e elaborar guias de acessibilidade com ações a serem adotadas ao longo das etapas conferenciais.
 - Revisar licitações e contratos para assegurar diversidade e inclusão nos serviços e participação.
- Desenvolver estruturas permanentes nos territórios e conselhos locais de usuários para mobilização.

- Reduzir barreiras epistemológicas e garantir acessibilidade como um processo contínuo em todas as etapas.

x. Coordenação de calendário

A racionalização do calendário de realização das conferências é desafio a ser enfrentado para evitar sobreposição de atividades, garantindo a participação efetiva e diversificada da sociedade. Um planejamento cuidadoso e uma coordenação interinstitucional são essenciais para assegurar que as conferências sejam distribuídas de maneira equilibrada ao longo do ano, permitindo uma preparação adequada e a mobilização necessária de participantes de diferentes regiões e setores.

- Estabelecer calendário comum coordenado pela Secretaria-Geral, considerando a periodicidade, observando o período do Plano Plurianual (PPA).
- Implementar sistema de acompanhamento de conselhos e conferências, definindo prioridades para atualizações pelas comissões organizadoras.

xi. Fortalecimento institucional

Garantir a autonomia e a independência das organizações da sociedade civil envolvidas nas conferências, assegurando que possam atuar livremente e sem interferências.

- Estimular o debate crítico como centro da discussão nas conferências, promovendo a reflexão acerca dos paradigmas políticos e econômicos hegemônicos.
- Promover a educação para a cidadania ativa, valorizando a participação social como direito do cidadão e expressão de sua autonomia.
- Articular as conferências com ações no território, reconhecendo a importância da atuação local e da mobilização comunitária para o fortalecimento da democracia participativa.

3. Política de Formação

Recomendações para Política de Formação para Fortalecimento de Instâncias de Participação Social

i. Propósito

A Política de Formação para Fortalecimento de Instâncias de Participação Social tem o propósito de ampliar a qualidade e a efetividade da gestão participativa de políticas públicas por meio da promoção de práticas formativas direcionadas a participantes de instâncias de participação social, a trabalhadoras e trabalhadores do serviço público, usuárias e usuários da política pública, bem como a integrantes de movimentos e organizações da sociedade civil interessadas.

ii. Fundamentos

Esta política baseia-se nos seguintes pilares:

- Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas (Portaria SG-PR 11/2014), considerando como fundamento ético-político a natureza dialógica e emancipatória da formação humana;
- Compromisso com a universalidade, a equidade, a integralidade e a efetiva participação popular nas instâncias de participação social instituídas pelo ordenamento jurídico;
- Promoção de ações de Participação Social com Educação Popular nos Territórios, respeitando identidades e arranjos sociais, econômicos, políticos e institucionais;
- Reconhecimento das iniciativas desenvolvidas por órgãos e entidades da administração pública, movimentos e organizações da sociedade civil, buscando integrar práticas formativas no intuito de ampliar e fortalecer processos de participação social na gestão de políticas públicas; e
- Prática político-pedagógica que perpassa as ações voltadas para a promoção do exercício da cidadania a partir do diálogo com a diversidade de saberes, visões de mundo e com a ancestralidade, do incentivo à produção individual e coletiva de conhecimentos para a inserção destes em processos de gestão participativa de políticas públicas.

iii. Princípios

A política é guiada pelos seguintes princípios:

- **Integralidade Humana e Social:** Promover uma compreensão integral do ser humano e da sociedade, considerando todas as suas dimensões e complexidades.
- **Valorização e Integração de Saberes:** Reconhecer e integrar diversos conhecimentos, sejam eles acadêmicos, tradicionais ou vivenciais, valorizando a diversidade de perspectivas e contribuições.
- **Relação entre Teoria e Prática com Enfoque no Diálogo:** Estabelecer uma articulação contínua entre teoria e prática através do diálogo, facilitando a interação e a construção de conhecimento aplicado.
- **Reconhecimento e Fortalecimento da Diversidade:** Apoiar a expressão das identidades culturais, raciais, étnicas, de gênero, interreligiosas, geracionais, e de orientação sexual, promovendo ambientes inclusivos que valorizam as diversidades e respeitam as diferenças.
- **Construção Coletiva e Transdisciplinar do Conhecimento:** Fomentar a colaboração e a transdisciplinaridade na geração de novos saberes, incentivando a participação coletiva, o diálogo intergeracional e a análise crítica das experiências para um aprendizado inovador.
- **Postura Crítica e Avaliativa:** Promover uma abordagem crítica e reflexiva nas práticas educativas e formativas, visando o constante aprimoramento e a eficácia das intervenções.
- **Engajamento Ativo e Participação Social:** Estimular o envolvimento ativo na sociedade e nas decisões coletivas, promovendo o exercício da cidadania e a pesquisa participante como meios de transformação social e aprimoramento da democracia.

iv. Diretrizes

A Política de Formação para Fortalecimento de Instâncias de Participação Social apresenta as seguintes diretrizes:

- a. Fomentar a participação social e o exercício da cidadania nos territórios como elementos centrais das práticas formativas, expandindo o meio e o

- alcance das iniciativas para envolver diferentes experiências e segmentos da sociedade, em especial, sujeitos em situação de vulnerabilidade;
- b. Promover o desenvolvimento de itinerários formativos articulados por eixos temáticos, respeitando a diversidade de territórios, temas e públicos, mediante metodologias e práticas formativas variadas como elaboração de produtos de educomunicação, oficinas, rodas de conversa e cursos em modalidades presenciais, a distância ou híbridos;
 - c. Valorizar e fortalecer identidades culturais, de raça, etnia, geração, gênero, interreligiosas, deficiências e orientação sexual por meio de construções coletivas e transdisciplinares de saberes e conhecimentos;
 - d. Promover a integração e a sinergia de iniciativas do Estado e da sociedade, evitando a duplicação de esforços, estabelecendo parcerias estratégicas com instituições estatais das três esferas da federação, movimentos, organizações da sociedade civil e demais atores e atrizes nacionais e internacionais, que contribuam para a promoção da participação social;
 - e. Realizar campanhas de comunicação, articulando estratégias virtuais e presenciais, com ampla abrangência para fomentar o engajamento da sociedade nos temas prioritários nacionais incentivando a participação ativa e informada nas instâncias de formulação de políticas públicas;
 - f. Implementar mecanismos de avaliação e aprimoramento contínuo, baseados em indicadores de desempenho mensuráveis e avaliações coletivas, envolvendo a participação ativa de todas as pessoas interessadas, para garantir a eficácia, relevância e adaptação da política, com transparência na divulgação de relatórios anuais de avaliação e sistema de retorno para ajustes constantes;
 - g. Articular as políticas públicas com os Planos Plurianuais e o ciclo orçamentário para assegurar a consistência e a sustentabilidade das ações de formação para fortalecimento de instâncias de participação social; e
 - h. Promover intersetorialidade das políticas públicas em ambiente colaborativo onde diferentes setores do governo e da sociedade trabalham conjuntamente para abordar os desafios complexos da participação social.

v. Objetivos

São objetivos da Política de Formação para Fortalecimento de Instâncias de Participação Social:

- a) Promover a qualificação do exercício da cidadania, da participação e do controle social por meio da implementação de processos formativos baseados na educação popular, respeitando as realidades e experiências locais, saberes e fazeres comunitários;
- b) Reconhecer iniciativas de formação existentes para a participação social, estabelecendo mecanismos de articulação e parcerias estratégicas com escolas de governo, instituições de ensino superior, movimentos e organizações da sociedade civil, visando compartilhar práticas, experiências e recursos;
- c) Articular práticas formativas em iniciativas abrangentes e comuns a diferentes áreas de políticas públicas utilizando metodologias variadas para garantir inclusão e atender a diferentes públicos;
- d) Estimular formação permanente de participantes de instâncias de participação social, trabalhadoras e trabalhadores do serviço público, usuárias e usuários de políticas públicas, bem como de integrantes de movimentos e organizações da sociedade civil interessadas, fornecendo assistência técnica contínua e suporte especializado aos órgãos da administração pública para a implementação de diversas práticas formativas;
- e) Apoiar a elaboração e o desenvolvimento de planos setoriais de formação, específicos para as diversas áreas de políticas públicas, identificando públicos-foco, agentes educadores, estabelecendo parcerias estratégicas e assegurando os recursos orçamentários necessários para a experimentação de práticas formativas múltiplas, de forma que os planos de trabalho de instâncias de participação social incorporem iniciativas formativas que levem em conta a diversidade de territórios, temas e públicos.

vi. Metodologia

A Política de Formação para Fortalecimento de Instâncias de Participação Social será estruturada em itinerários formativos que são conjuntos variados de práticas formativas articuladas pelos seguintes eixos temáticos:

- a) Democracia, participação social e gestão de políticas públicas;
- b) Combate às desigualdades sociais, intersectorialidade e diálogos multiculturais; e
- c) Planejamento e orçamento público.

Os itinerários são projetados para gerar processos de aprendizagem em que cidadãos e cidadãos são estimulados a participar ativamente do processo de gestão pública, contribuindo para a formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de maneira informada e construtiva. Nessa perspectiva, a formação se baseia não apenas na transmissão de conhecimentos, mas na construção coletiva de saberes que emergem da prática social e da realidade vivida pelos participantes. Na definição de itinerários formativos, devem ser considerados os seguintes aspectos:

- Diálogo como Prática Educativa: O itinerário formativo deve ser concebido como um processo dialógico, no qual o conhecimento é construído na interação entre educadores e participantes. O diálogo reconhece a experiência de vida e as visões de mundo dos participantes como valiosos recursos pedagógicos, promovendo uma aprendizagem significativa que ressoa em suas realidades e lutas sociais.
- Conscientização: A formação visa o desenvolvimento da capacidade crítica dos participantes para analisar sua realidade social, política e econômica. Isso envolve a reflexão sobre as estruturas de poder e as relações sociais que moldam as políticas públicas, bem como a identificação de oportunidades para a ação transformadora.
- Educação como Prática de Liberdade: Os itinerários formativos devem ser espaços de liberdade, onde pessoas participantes são estimuladas a expressar suas opiniões, questionar o *status quo* e explorar novas possibilidades de ação coletiva. A formação se torna um ato de emancipação, capacitando os indivíduos a participarem ativamente na gestão das políticas públicas de forma autônoma e crítica.

- **Valorização dos Saberes Locais e Culturais:** Reconhecer e valorizar os conhecimentos, as culturas e as experiências locais dos participantes. Isso implica adaptar os conteúdos e as metodologias para refletir e incorporar a diversidade cultural e os saberes específicos das comunidades envolvidas.
- **Atuação Reflexiva e Crítica:** O itinerário formativo deve promover a reflexão sobre a prática, incentivando participantes a analisarem suas próprias ações dentro das instâncias de participação social e a buscar constantemente melhorias e inovações em sua atuação, bem como a renovação da composição das instituições participativas.
- **Empoderamento e Ação Coletiva:** Além de capacitar os indivíduos, os itinerários formativos devem estimular a formação de coletivos e redes de apoio mútuo, fortalecendo a capacidade de mobilização e ação conjunta em prol de mudanças sociais.

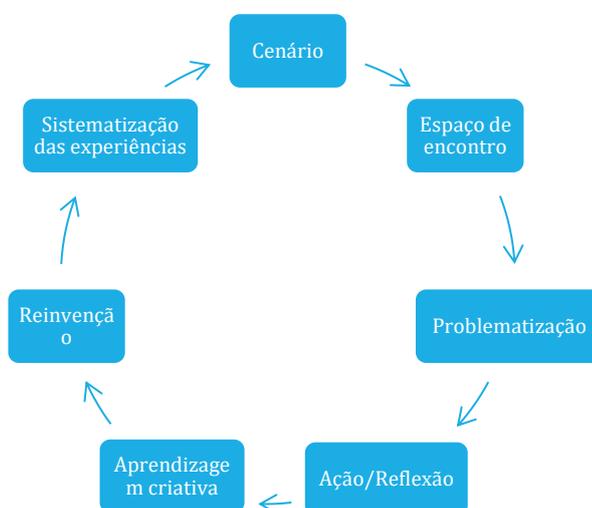
vii. Percurso metodológico

As ações formativas serão orientadas por um percurso metodológico estruturado pelas seguintes etapas:

- a) **Cenário:** Reconhecimento da coletividade como um espaço de convergência entre sonho e realidade, propiciando um ambiente de esperança e motivação para a transformação social.
- b) **Espaço de Encontro:** Articulação e mobilização de parceiros e sujeitos políticos para a construção coletiva e sistemática de objetivos comuns, promovendo o engajamento contínuo e efetivo, bem como o reconhecimento dos percursos históricos.
- c) **Problematização:** Identificação e análise crítica dos objetos de ação, estimulando o questionamento das causas e a reinterpretação dos significados por meio do diálogo e da reflexão coletiva.
- d) **Ação e Reflexão:** Interação dinâmica entre teoria e prática, onde o diálogo entre os participantes promove a ética e a coerência, considerando as demandas, desejos e experiências acumuladas.
- e) **Aprendizagem Criativa:** Desenvolvimento de um processo colaborativo para a definição de propostas e ações, fortalecendo o senso de

- pertencimento, a coesão grupal, o diálogo e o apoio mútuo entre os diferentes atores e redes da sociedade civil.
- f) Reinvenção: Avaliação crítica das atividades realizadas para identificar os resultados alcançados e os desafios a serem superados, visando à melhoria contínua das práticas.
- g) Sistematização das Experiências: Documentação e análise crítica das experiências vivenciadas, promovendo a reflexão participativa e a disseminação do conhecimento gerado.

O diagrama abaixo sintetiza as etapas que compõem o percurso metodológico



viii. Governança

A efetivação da Política de Formação para Fortalecimento de Instâncias de Participação Social terá governança colaborativa entre Secretaria Geral da Presidência da República e órgãos da Administração Federal Direta, em conformidade com as suas atribuições e âmbito de atuação.

- a) A Secretaria Geral da Presidência da República (SG-PR), por meio da Diretoria de Educação Popular (DEP) da Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS), será responsável por:
- a1) Coordenar, acompanhar e monitorar a execução da Política;

a2) Promover trocas de experiências e integração entre as iniciativas de formação;

a3) Prover apoio técnico especializado na elaboração de planos de formação;

a4) Desenvolver repositório de boas práticas formativas; e

a5) Articular com instituições de ensino e organizações da sociedade civil ações que dialoguem com os objetivos da política.

b) Órgãos da Administração Federal Direta, apoiados por suas respectivas Assessorias de Participação Social e Diversidade, serão responsáveis por:

b1) Elaborar bianualmente plano setorial de formação voltado a participação social nas políticas específicas, contendo

- i. **Objetivos Específicos:** Definir claramente os objetivos que se alinham com as metas mais amplas de participação social dentro do setor específico.
- ii. **Público Prioritário:** Identificar os grupos ou comunidades específicas que serão foco das iniciativas formativas, considerando suas necessidades e particularidades.
- iii. **Estratégias e Ações Setoriais:** Descrever as estratégias e ações detalhadas que serão implementadas para atingir os objetivos estabelecidos, especificando as práticas formativas e suas metodologias, carga horária e forma de certificação a serem adotadas.
- iv. **Alocação de Recursos:** Especificar os recursos financeiros, humanos e materiais necessários, identificando fontes de financiamento e estratégias para a mobilização desses recursos.
- v. **Cronograma de Execução:** Estabelecer um cronograma detalhado, com prazos para a realização das diferentes ações e atividades planejadas.
- vi. **Articulação Interministerial e Parcerias:** Definir como será feita a articulação com outros setores e entidades, internos

- e externos ao governo, para a implementação conjunta e integrada das iniciativas.
- vii. Mecanismos de Monitoramento e Avaliação: Estabelecer indicadores de desempenho e procedimentos para o monitoramento contínuo e avaliação dos resultados das ações implementadas, permitindo ajustes e melhorias.
 - viii. Gestão de Riscos: Identificar potenciais riscos às iniciativas e desenvolver estratégias de mitigação para garantir a execução efetiva do plano.
 - ix. Estratégia de Comunicação: Planejar como as iniciativas serão comunicadas ao público prioritário e à sociedade em geral, visando promover a participação e garantir a transparência.

b2) Elaborar anualmente relatório de acompanhamento do plano setorial de formação, detalhando as atividades realizadas e os resultados alcançados, e efetuando o cotejamento com as propostas estabelecidas no planejamento bianual;

b3) Fortalecer e dar condições para as Assessorias de Participação Social e Diversidade no desenvolvimento da política de formação;

b4) Promover a integração entre espaços e instâncias de mobilização e participação social territorializadas e instâncias nacionais de participação social na formulação do plano setorial de formação; e

b5) Acompanhar atividades do Fórum Interministerial de Conselhos, Colegiados e Conferências Nacionais – FICN - que potencializem troca de experiências e integração entre as iniciativas de formação.

c) O Fórum Interministerial de Conselhos, Colegiados e Conferências Nacionais – FICN - atuará como colegiado assessor da coordenação desta política, podendo designar comitê gestor para acompanhamento de planos setoriais e apoio à integração das iniciativas de formação.

PROPOSTAS²

² Esta seção atende ao disposto do Art. 2º, inciso II, da Portaria SG/PR nº 166, de 29 de setembro de 2023 – “II elaborar proposta de princípios, diretrizes e demais orientações a serem contemplados nos atos normativos dos conselhos e comissões de políticas públicas e as conferências nacionais”.

1. Publicar as recomendações em formato de cartilha e divulgá-las junto aos órgãos da administração pública federal, colegiados, conselhos e comissões organizadas das conferências nacionais.
2. Instituir o Fórum Interconselhos como instância colegiada permanente com o objetivo de promover a intersetorialidade e a transversalidade da participação social nas políticas públicas e nos programas governamentais, com as seguintes atribuições:
 - i. Organizar calendário de atividades, convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias do Fórum Interconselhos, definindo a pauta de discussões em consonância com as prioridades de políticas públicas e as demandas emergentes da sociedade civil;
 - ii. Facilitar o diálogo entre os diversos conselhos nacionais e órgãos do governo, promovendo a integração e a articulação das políticas públicas em diferentes áreas e setores;
 - iii. Coordenar o processo de indicação dos representantes dos conselhos nacionais para compor o Fórum, garantindo a diversidade e representatividade dos setores da sociedade civil;
 - iv. Elaborar e submeter à aprovação do Ministro de Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República o regimento interno do Fórum Interconselhos, estabelecendo as normas de funcionamento, os procedimentos para tomada de decisões e a metodologia de trabalho;
 - v. Organizar recursos necessários para o funcionamento eficaz do Fórum, incluindo infraestrutura, suporte técnico e administrativo;
 - vi. Promover a transparência das atividades do Fórum, assegurando a ampla divulgação das reuniões, deliberações, recomendações e relatórios produzidos, utilizando para isso os meios de comunicação oficiais e plataformas digitais; e

- vii. Monitorar o andamento e a implementação das recomendações formuladas pelo Fórum Interconselhos, mantendo registro transparente sobre os progressos e desafios.
3. Estabelecer diretrizes e orientações para a criação e a reformulação de Conselhos e Colegiados Nacionais e para as Conferências Nacionais com vistas a aumentar a qualidade e efetividade da participação social.
4. Estabelecer, ressalvados o previsto em lei, as seguintes diretrizes para a composição dos colegiados nacionais:
- i. A participação de mulheres conselheiras de, no mínimo 50%, na condição de membras titulares.
 - ii. A participação majoritária de representantes da sociedade civil.
 - iii. Percentual de, no mínimo 30% de seus membros de pessoas autodeclaradas pretas e pardas.
 - iv. Cotas de representação para juventude, pessoas idosas, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, população rural, povos e comunidades tradicionais e outros grupos sociais historicamente invisibilizados.
 - v. Representação de todas as macrorregiões do país.
 - vi. Alternância entre conselheiros governamentais e conselheiros da sociedade civil na presidência do colegiado.
5. Definir processos transparentes e acessíveis de seleção pública para indicação de representantes da sociedade civil em colegiados e conselhos contemplando inscrição, habilitação e eleição em foro próprio ou por meio da respectiva conferência nacional, bem estabelecer parâmetros para limitar a recondução de mandato e a participação simultânea da mesma pessoa em colegiados e conselhos.
6. Garantir que os órgãos da administração apresentem condições adequadas de funcionamento dos conselhos e colegiados nacionais assegurando:

- i. Recursos orçamentários previstos em lei anual, autonomia financeira e administrativa.
 - ii. Estrutura funcional adequada, disponibilidade de pessoal para atividades administrativas, assessoria jurídica e comunicação.
 - iii. Infraestrutura adequada para a participação digital.
7. Instituir no âmbito dos Conselhos e Colegiados Nacionais dispositivos para garantir formação, transparência e monitoramento das suas deliberações contendo previsão para:
- i. Implantar e implementar processos formativos continuada voltada à qualificação da participação social e de sua efetividade nas políticas públicas.
 - ii. Instituir mecanismos eficientes de registro e sistematização das atividades dos Conselhos e Colegiados Nacionais, assegurando a manutenção de registros históricos acessíveis.
 - iii. Disponibilizar deliberações, resoluções, recomendações e demais atos normativos em página eletrônica institucional do colegiado ou conselho nacional dentro do prazo máximo de 20 (vinte) dias após sua formalização.
 - iv. Publicar relatório anual, em linguagem simples, comunicação acessível e formato aberto, sobre cumprimento das deliberações, resoluções e recomendações, até o mês de março do ano seguinte.
8. Estabelecer, ressalvados dispositivos legais, as seguintes diretrizes e orientações para a realização de Conferências Nacionais:
- i. Participação de, no mínimo, 50% de mulheres como delegadas.
 - ii. Participação de, no mínimo, 30% de pessoas pretas e pardas autodeclaradas como delegadas.
 - iii. Cotas de representação para juventude, pessoas idosas, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, população rural, povos indígenas, povos

e comunidades tradicionais e outros grupos sociais historicamente invisibilizados.

iv. Medidas de acessibilidade e tecnologias assistivas que garantam a equiparação de oportunidades e a plena participação das pessoas com deficiência.

v. Ações e serviços de cuidado para viabilizar, em especial, a participação de mulheres com crianças dependentes, conforme dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, nas atividades conferenciais.

vi. A realização de conferências livres, virtuais e temáticas para ampliar as possibilidades de participação social.

vii. Mecanismos de registro e/ou cadastro nacional de participantes da conferência de todas as etapas previstas.

9. Instituir um Fórum Interministerial de Conselhos, Colegiados e Conferências Nacionais - FICN -, composto por representantes das secretarias executivas de conselhos e colegiados e das comissões organizadoras das conferências nacionais com as seguintes finalidades de: a) Promover a articulação, a troca de experiências e a integração entre os Conselhos, Colegiados e Conferências Nacionais e, b) Propor diretrizes, orientações e metodologias para a ampliação e qualificação da participação social no âmbito dos Conselhos, Colegiados e Conferências Nacionais.

10. Dotar a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS/SG/PR) de competências adequadas para promover a coordenação, acompanhamento e supervisão de Colegiados, Conselhos e Conferências Nacionais com atribuições para:

i. Orientar quanto ao processo de composição e escolha de conselheiros e conselheiras; a gestão e funcionamento de colegiados, conselhos e conferências nacionais.

- ii. Organizar, sistematizar e publicar as informações sobre colegiados, conselhos nacionais e conferências nacionais.
 - iii. Publicar o calendário das conferências nacionais.
 - iv. Desenvolver estudos e pesquisas sobre colegiados, conselhos e conferências.
 - v. Disseminar boas práticas de participação social, propor aperfeiçoamentos e inovações metodológicas no âmbito dos colegiados, conselhos e conferências nacionais.
 - vi. Disponibilizar plataforma digital com funcionalidades adequadas as atividades dos colegiados, conselhos e conferências nacionais.
 - vii.
11. Recomendar à Secretaria-Geral da Presidência da República e à Casa Civil a elaboração e publicação de atos adequados para estabelecer princípios, diretrizes e orientações, bem como organização intersetorial de colegiados, conselhos e conferências contemplando as propostas apresentadas e aprovadas por este Grupo de Trabalho Técnico.



ANEXOS



ANEXO I

Documentos norteadores reuniões GTT

CONSELHOS NACIONAIS

Reunião 2 – Composição, método de escolha

Dia: 21 de novembro

Horário: 14 às 18h

Local: CECAD-PR - St. de Garagens e Manutenção Norte

Reflexões sobre composição e métodos de escolha de representação em colegiados

No panorama da administração pública brasileira, os colegiados desempenham um papel fundamental na promoção da democracia participativa na gestão de políticas públicas. A composição e escolha de representação da sociedade nessas instâncias são cruciais para garantir a eficiência, representatividade e legitimidade. Este texto propõe reflexões para aprimorar a qualidade da participação nos colegiados.

Critérios de seleção

Os critérios atuais de seleção de representação nos Colegiados variam significativamente, refletindo diferentes abordagens políticas e sociais. No entanto, é imperativo que esses critérios promovam uma representatividade autêntica, assegurando que diferentes segmentos da sociedade tenham voz no processo de gestão das políticas públicas em pauta. A eficiência dos colegiados está intrinsecamente ligada à diversidade de experiências e perspectivas de seus membros.

Diversidade e representatividade

A diversidade e representatividade são fundamentais para o sucesso dos Colegiados. A inclusão de grupos historicamente marginalizados não apenas enriquece o debate, mas também garante que as políticas públicas desenvolvidas sejam verdadeiramente inclusivas e abrangentes. Para tal, é necessário desenvolver estratégias específicas para incluir grupos sociais subrepresentados para assegurar diversidade étnico-racial, de gênero, de gerações, de povos e comunidades tradicionais e de pessoas com deficiência, dentre outros.

Nesse sentido, é necessário implementar mecanismos que diminuam as barreiras de entrada para grupos subrepresentados, menos organizados ou com

recursos limitados. Assim, cabe explorar métodos de escolha inclusivos, como eleições por entidades representativas ou outros mecanismos democráticos. Também cabe pensar se é cabível para estabelecer regras para garantir a rotatividade e a representação diversificada, incluindo paridades e cotas.

As questões de cotas, paridade ou proporcionalidade devem ser avaliadas cuidadosamente para refletir a diversidade de grupos ou segmentos sociais de determinada área de política pública.

É vital definir se a nomeação de representantes será individual ou por entidades e promover processos que incentivem a renovação constante dos membros dos colegiados. Também é fundamental incorporar critérios para garantir representação regional equilibrada, levando em consideração as peculiaridades territoriais do país.

Processo de escolha

O processo de escolha e nomeação de representação é um pilar para a legitimidade dos colegiados. A transparência e a participação popular nesse processo são essenciais. Mecanismos como consultas públicas e votações abertas podem reforçar a legitimidade e a confiança na composição dos colegiados. Também é cabível reconhecer a diversidade de interesses dentro da sociedade civil, assim como adotar uma linguagem mais acessível para incluir um público mais amplo.

Por isso, analisar os métodos de escolha atuais para identificar áreas que necessitam de melhorias ou adaptações é um passo crucial no processo de reformulação. É fundamental assegurar que a escolha da representação da sociedade ocorra através de processos de auto-organização, garantindo a autonomia e a legitimidade dessas escolhas, sem interferência externa. Talvez até considerar a seleção de membros dos colegiados durante conferências nacionais seja estratégia para promover um processo mais amplo para a escolha da representação.

Equilíbrio de poder

A eficácia dos colegiados está intimamente ligada à distribuição equilibrada de poder entre seus membros. Um equilíbrio cuidadoso entre diferentes setores e grupos assegura que nenhum interesse dominante possa suplantar os demais, promovendo uma formulação de políticas mais justa e equitativa. A paridade representativa deve ser estendida para abranger o Estado em sua totalidade, incluindo os diferentes poderes. Essa abordagem promove um equilíbrio mais justo entre o executivo e outros setores do Estado.

Adaptação às mudanças políticas e sociais

Os Colegiados devem ser adaptáveis às mudanças políticas e sociais. A capacidade de ajustar a composição e os processos de escolha de representação em resposta a essas mudanças é vital para manter sua relevância e eficácia. A adoção de tecnologias digitais, como plataformas de votação online e reuniões virtuais, é crucial para facilitar a participação e engajar as novas gerações. A

utilização de mídias sociais e fóruns online pode servir como um canal eficaz para atrair e manter a atenção de diferentes públicos.

Desafios e questões para reflexão

Entre os desafios enfrentados na composição e escolha de representação social, destacam-se a necessidade de maior inclusão e a superação de barreiras para a participação de grupos subrepresentados. Para a próxima reunião do GT, cabe a reflexão prévia a partir das questões:

Composição

Como gerar paridade entre representação do poder público e da sociedade civil?

Como incluir grupos sociais subrepresentados em colegiados garantindo diversidade territorial, étnico-racial e de gênero?

Cota mínima de 50% de mulheres?

Cotas étnico-raciais?

Como ampliar representação de juventude, pessoas com deficiência, população LGBTQIA+; povos e comunidades tradicionais, territórios rurais e urbanos?

Como ampliar a representação de usuárias (os) de políticas públicas e trabalhadoras(es) em colegiados?

Métodos de escolha

Quais devem ser os métodos / processos de escolha de representação?

Como garantir a renovação de representações?

CONSELHOS NACIONAIS

Reunião 3 – Formação para fortalecimento de colegiados

Dia: 27 de novembro

Horário: 14 às 18h

Local: CECAD-PR - St. de Garagens e Manutenção Norte

Reflexões sobre Formação para Fortalecimento de Colegiados

É consenso a necessidade de fortalecimento da atuação de representantes da sociedade e do Estado em colegiados. Para tal, estratégias de formação podem ser pensadas sem estarem restritas a conselheiras(os), mas

também expandidas para gestoras(es) públicas(os) responsáveis pela implementação das políticas públicas em questão no colegiado. Ademais, as ideias formuladas precisam estar condizentes com a política de participação social com educação popular nos territórios. Por isso, precisam ser estruturadas com abordagens capazes de serem expandidas de colegiados nacionais, para órgãos estaduais e municipais, tendo como fundamento ético-político a natureza dialógica e emancipatória da formação humana. Nesse sentido, é cabível reconhecer que existem práticas significativas em contextos e instituições específicas que revelam uma variedade de possibilidades de formação.

De início, identificamos algumas experiências que podem inspirar boas ideias:

Participa + (CNS & CEAP);

Programa de Formação de Conselheiros Nacionais (SG-PR & UFMG);

Certificação Avançada para Conselheiros de Políticas Públicas (EVG);

Instrumentos de Controle Social (CGU & AVAMEC);

Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (MEC);

Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (MEC);

Formação de Conselheiros(as) em Direitos Humanos e Participação Social (SMDH & IPF); e

Curso do Sistema de Participação em Contagem (PMC & UFMG).

Essas experiências ensejam reflexões nas seguintes dimensões:

1. Estratégias de formação

Formação de formadores: ativação de reeditoras(es) de conhecimento.

Comissões de formação permanente: fortalecimento de estruturas internas aos colegiados para educação continuada.

Rodas de conversa e oficinas: utilização de métodos interativos e participativos de curta duração para a formação, favorecendo a troca de experiências e conhecimentos práticos.

Cursos de especialização ou certificação avançada: oferecimento de programas estruturados e aprofundados, focados em temáticas específicas.

2. Modalidades de ensino

Presencial e à distância: combinação de métodos presenciais e à distância, adaptando-se às necessidades de participantes e recursos disponíveis.

Autoinstrucionais e supervisionados: considerando o alcance possível, alguns cursos à distância acontecem sem tutoria e outros com tutoria.

3. Escopo

Geral: processos formativos que atendem a grande número de participantes, com temas gerais, atendendo a demandas de diferentes áreas de políticas.

Específico: processos formativos que possibilitam aprendizagem mais focada e aprofundada em temas específicos de determinadas áreas de políticas.

4. Recursos pedagógicos

Diversidade de recursos: há esforço para elaboração, produção e utilização de materiais específicos para apoiar o processo de aprendizagem, considerando diferentes linguagens e mídias (impressa, audiovisual e digital).

5. Recursos orçamentários

Destinação de recursos: Há práticas de reserva de parcela do orçamento do funcionamento de colegiados para desenvolvimento de processos formativos.

6. Parcerias

Colaborações: há iniciativas conjuntas de diferentes órgãos e instituições, como ministérios, universidades e organizações da sociedade civil, demonstrando a colaboração interinstitucional em processos formativos.

Diante de tais experiências, propomos reflexão preparatória à próxima reunião do GTT a partir das seguintes questões:

Processos formativos

Quais práticas educativas podem contribuir com fortalecimento de colegiados?

Quais recursos pedagógicos são adequados à formação em colegiados?

Quais conteúdos formativos podem fortalecer colegiados?

Quais parcerias podem ser estabelecidas para viabilizar ações de formação?

Política de formação

Quais devem ser as bases para uma política de formação para o fortalecimento de colegiados?

Quais serão os beneficiários?

Quais serão as diretrizes?

Quais serão os instrumentos de implementação?

Quais serão as ações?

Quem serão os responsáveis?

CONSELHOS NACIONAIS

Reunião 4 – Efetividade e Inovações

Dia: 7 de dezembro

Horário: 14 às 18h

Local: CECAD-PR - St. de Garagens e Manutenção Norte

Reflexões sobre efetividade e inovações em colegiados nacionais

A efetividade de um colegiado nacional está intrinsecamente ligada à sua capacidade de influenciar positivamente as políticas públicas e gerar resultados tangíveis e benéficos para a sociedade. Pensando sempre na influência na melhoria da qualidade das políticas públicas, a efetividade pode ser compreendida sob três dimensões: inclusão de diferentes vozes e perspectivas sociais em processos decisórios; colaboração entre diferentes setores públicos; e monitoramento e avaliação de impacto de suas ações. Abaixo, estão algumas ideias para instigar nossa reflexão sobre o tema e as possibilidades de inovação no funcionamento de colegiados nacionais.

Inclusão de diferentes perspectivas

A deliberação coletiva, característica fundamental dos colegiados, permite análise mais rigorosa e detalhada dos problemas públicos, levando a soluções bem fundamentadas e de maior qualidade. A inclusão de múltiplas perspectivas, especialmente de grupos historicamente excluídos de processos decisórios, amplia a compreensão dos problemas enfrentados, o que propicia a emergência de soluções mais inovadoras e efetivas.

Colaboração intersetorial

Colegiados podem ser capazes de estimular a colaboração entre diferentes setores na gestão de políticas públicas, promovendo a integração de recursos e competências variadas, criando uma abordagem mais efetiva e inovadora. Essa colaboração pode trazer consistência às políticas públicas, evitando redundâncias e otimizando esforços. A colaboração intersetorial reforça a legitimidade e das ações dos colegiados, aumentando a transparência e fortalecendo a confiança nas decisões tomadas.

Monitoramento e avaliação

Para aumentar a efetividade de colegiados na gestão de políticas públicas, é crucial identificar áreas de sucesso e aquelas que necessitam de melhorias. A responsabilização e a transparência são também significativamente reforçadas, pois o monitoramento e a avaliação demonstram o progresso e a eficiência no uso dos recursos, fortalecendo a confiança pública. O fomento à inovação surge como outro benefício, com a identificação de práticas efetivas

que podem ser replicadas ou ampliadas. Monitoramento e avaliação melhoram a alocação de recursos, reforçam a legitimidade e aceitação social das ações dos colegiados, assegurando que as políticas públicas estejam alinhadas com as necessidades e expectativas da sociedade.

Inovação com estratégias digitais

Ao pensar a efetividade dos colegiados nacionais, cabe também reavaliação crítica da adoção de ferramentas digitais. A inclusão de diversas perspectivas e a colaboração intersetorial podem ser limitadas sem o suporte de plataformas digitais que facilitam a interação e o compartilhamento de informações. A transparência e a comunicação eficaz, embora cruciais, necessitam ser reforçadas por ferramentas digitais que tornem as informações mais acessíveis e digeríveis ao público. Além disso, o monitoramento e a avaliação das políticas deliberadas por colegiados podem ser consideravelmente aprimorados com o uso de análise de dados e inteligência artificial, para uma avaliação mais objetiva e abrangente. A inovação digital não é apenas uma opção, mas uma necessidade urgente para garantir que os colegiados acompanhem as demandas contemporâneas e atuem de maneira responsiva às necessidades da sociedade.

Diante de tais ideias, propomos reflexão preparatória à próxima reunião do GTT a partir das seguintes questões:

Efetividade

Quais processos e métodos podem ser implementados para garantir que o governo dê efetivo encaminhamento a deliberações de colegiados nacionais?

Considerando os diferentes graus de poder decisório, como incorporar as deliberações de colegiados nas políticas públicas?

Como os colegiados podem sincronizar suas agendas com o ciclo orçamentário do governo?

Inovação

Quais são as inovações metodológicas recentes implementadas no funcionamento de colegiados que se mostraram eficazes e podem servir de modelo para outros órgãos?

Como podemos integrar efetivamente a participação presencial e digital nas atividades dos conselhos para melhorar a inclusão e a diversidade nas tomadas de decisão?

Quais estratégias e ferramentas digitais podem ser eficazes para gerenciar colegiados com grande número de membros ou múltiplos subcolegiados, a fim de otimizar a comunicação e a tomada de decisões?

CONSELHOS NACIONAIS

Reunião 5 – Gestão

Dia: 12 de dezembro

Horário: 14 às 18h

Local: CECAD-PR - St. de Garagens e Manutenção Norte

Reflexões sobre infraestrutura, orçamento e gestão de colegiados nacionais

A gestão de um colegiado nacional abrange conjunto de práticas que asseguram a eficácia e eficiência de sua operação. Essa gestão inclui a estrutura organizacional, definição de fluxos administrativos e responsabilidades, bem como processos de tomada de decisão. O funcionamento do colegiado também engloba administração de recursos, sejam eles financeiros, humanos ou materiais, e a comunicação interna e externa. Também importante reconhecer a necessidade de pensar a metodologia das reuniões do colegiado, da manutenção da integridade e transparência, bem como a incorporação de instrumentos de avaliação interna. Nesse sentido, é necessário implementar estratégias específicas que promovam uma gestão eficaz e eficiente no enfrentamento de desafios cotidianos dos colegiados nacionais.

Estrutura de apoio

A gestão de um colegiado nacional apresenta desafios notáveis no que tange à estrutura organizacional, aos fluxos administrativos e à definição de responsabilidades. Uma estrutura de apoio eficaz deve ser suficientemente flexível para se adaptar a diferentes contextos e exigências, ao mesmo tempo que estabelece prioridades e divisão de responsabilidades. A definição precisa de fluxos administrativos é crucial para garantir a eficiência e a eficácia das operações, minimizando redundâncias e atrasos nos processos. Estes desafios requerem uma abordagem estratégica para a constituição de secretaria executiva, com uma comunicação interna forte e sistemas de gestão bem estruturados, para assegurar que o colegiado funcione de maneira harmoniosa e produtiva, alcançando seus objetivos de forma efetiva.

Disponibilidade de recursos

Gerenciar um colegiado nacional implica enfrentar desafios significativos na administração de recursos, sejam eles financeiros, humanos ou materiais. Para a consecução de seus objetivos de promoção efetiva da participação social, o colegiado deve garantir a disponibilidade de recursos e a alocação eficiente. Isso envolve não apenas uma gestão financeira produtiva, mas também a destinação orçamentária para atividades cruciais como formação e

comunicação. Ademais, o gerenciamento de equipe dedicada às atividades do colegiado pode ser central para a eficácia no cumprimento de seus objetivos.

Transparência e comunicação acessível

A transparência fortalece a confiança pública, pois quando as informações são claras e abertamente disponibilizadas, a percepção pública sobre a legitimidade dos colegiados pode melhorar significativamente. A adoção de uma comunicação acessível e acessível promove a participação cidadã, facilitando o entendimento dos processos e decisões, o que permite uma maior e mais eficaz contribuição do público. Isso também se traduz em uma maior responsabilização e prestação de contas de representantes nos colegiados, já que as ações e decisões transparentes e compreensíveis são mais facilmente monitoradas e fiscalizadas pelo público. A clareza na comunicação melhora a qualidade das decisões, pois permite uma compreensão mais ampla dos problemas e das soluções propostas, enriquecendo o processo deliberativo.

Gestão integrada

Além de aspectos de gestão interna dos colegiados, é possível pensar elementos de gestão integrada dos órgãos visando coesão e eficiência nos processos. Por exemplo, é possível imaginar licitações conjuntas, diretrizes comuns e reuniões para a troca de experiências entre as secretarias executivas dos diferentes colegiados. Também pode ser fortalecido o Fórum Interconselhos como iniciativa capaz de colocar em pauta temas de interesse comum, estabelecer agendas conjuntas e fomentar a colaboração entre colegiados.

Considerando a necessidade de melhoria da gestão de colegiados nacionais, seguem algumas perguntas que podem guiar a reunião sobre essa temática:

De que maneiras assegurar alocação mais eficiente de recursos financeiros, humanos e materiais para apoiar as atividades cruciais dos colegiados?

Quais estratégias adotar para melhorar a transparência e o uso de comunicação acessível em comunicações internas e externas, a fim de fortalecer a participação ampliada?

Que iniciativas são recomendadas para a gestão integrada que fortaleça o funcionamento dos colegiados nacionais?

Qual pode ser o papel da Secretaria-Geral nessa gestão?

CONFERÊNCIAS NACIONAIS

Reunião 7 – Ampliação da participação e método de escolha de delegadas(os)

Dia: 30 de janeiro

Horário: 14 às 18h

Local: CECAD-PR - St. de Garagens e Manutenção Norte

Reflexões sobre participação em conferências nacionais

As conferências nacionais são mais do que meros encontros; elas representam a materialização em larga escala do diálogo entre governo e sociedade. Cada etapa do processo conferencial oferece uma oportunidade única para moldar políticas públicas que reflitam as necessidades e aspirações da população. À medida que iniciamos um novo ciclo de trabalho no Grupo de Trabalho Técnico (GTT), agora focado em propostas para a melhoria do funcionamento das conferências, é imprescindível promover debate sobre dois temas centrais: a ampliação da participação e os métodos de escolha de delegadas(os). Esses temas são cruciais para o fortalecimento da democracia participativa e nos desafiam a repensar práticas existentes e a inovar em busca de maior eficácia e representatividade em conferências nacionais.

Ampliação da participação

Aumentar a participação em conferências nacionais significa envolver um espectro mais amplo da sociedade civil, incluindo grupos frequentemente sub-representados ou marginalizados, como mulheres, pessoas negras, minorias étnicas, populações indígenas, comunidades de baixa renda, jovens, idosos, pessoas com deficiência, entre outros. A ampliação da participação é essencial para garantir que uma variedade de vozes e experiências contribua para a formulação de políticas.

Método de escolha

O método de escolha de delegadas(os) para participar das conferências é fundamental para assegurar a representatividade. Métodos inclusivos e democráticos de seleção são essenciais para garantir que diferentes segmentos da sociedade sejam adequadamente representados. Isso pode envolver processos eleitorais abertos, nomeações por organizações da sociedade civil, representatividade de grupos interessados, entre outros métodos que promovam igualdade de oportunidades na participação.

Equidade e inclusão

A representatividade efetiva em conferências nacionais requer não apenas a presença de diversos grupos, mas também a garantia de que todos tenham igualdade de oportunidades para expressar suas opiniões e influenciar as decisões. Isso implica considerar barreiras como idioma, acessibilidade, diferenças culturais e socioeconômicas, oferecendo suporte adequado para a participação plena.

Formação e empoderamento

Para que a participação seja efetiva, é importante que delegadas(os) estejam bem informadas(os) sobre os temas discutidos. Oferecer treinamentos, materiais informativos e espaços de diálogo antes das conferências pode ajudar a garantir que todas as pessoas participantes estejam aptas a contribuir de maneira significativa.

Transparência no processo

Os métodos de escolha das delegadas(os) devem ser transparentes e claros para todos os potenciais participantes. Isso ajuda a construir confiança no processo e assegura que a seleção seja justa e imparcial.

Ações concretas

Conforme nos debruçamos sobre esses temas, é imperativo enfatizar a necessidade de pensar e implementar ações concretas que valorizem a representatividade e a diversidade de participantes nas conferências nacionais. Devemos nos esforçar para garantir que todos os segmentos da sociedade brasileira – especialmente aqueles historicamente sub-representados ou marginalizados – tenham voz ativa e sejam efetivamente ouvidos. A riqueza de nossas conferências está na pluralidade de perspectivas e na inclusão de diversas experiências sociais. Ao fortalecer esses aspectos, não estaremos apenas aprimorando a qualidade do diálogo democrático, mas também assegurando que as decisões tomadas sejam mais representativas e, portanto, mais legítimas e eficazes.

Considerando as iniciativas inovadoras já desenvolvidas nas conferências e as propostas apresentadas no Seminário sobre Conferências Nacionais, seguem, seguem perguntas motivadoras para orientar nossa conversa:

Como podemos identificar e superar as barreiras específicas que impedem a participação de grupos marginalizados nas conferências nacionais? Como garantir paridade de gênero, representação racial e étnica nas diferentes etapas das conferências?

Como garantir processos efetivos de renovação de delegados/as?

De que forma a tecnologia pode ser utilizada para melhorar os métodos de escolha de delegados/as e ampliar a participação, inclusive a participação de sujeitos coletivos?

Quais metodologias podem ser adotadas para preparação prévia de delegados/as, para qualificar a participação ativa dos grupos marginalizados?

CONFERÊNCIAS NACIONAIS

Reunião 8 – Desenho metodológico e efetividade de conferências nacionais

Dia: 06 de fevereiro

Horário: 14 às 18h

Local: CECAD-PR - St. de Garagens e Manutenção Norte

Reflexões prévias sobre o processo conferencial em seus aspectos políticos, temáticos e metodológicos

As conferências desempenham um papel crucial não apenas como processos para a formulação de políticas públicas, mas também como espaços ricos em potencial educativo frequentemente não explorado ao máximo. Elas representam oportunidades singulares para o exercício da cidadania, onde participar vai além da contribuição para formulação de políticas, transformando-se em uma jornada de aprendizagem pessoal e coletiva. Nesse contexto, participantes têm a chance de desenvolver consciências, exercícios e práticas democráticas essenciais, como a capacidade de negociar, de engajar em diálogos construtivos com perspectivas divergentes e de alcançar consensos. Esta dimensão educativa, fundamental para a vitalidade e a saúde da democracia, prepara cidadãos(ãos) para uma participação mais informada e responsável, enfatizando que conferências são, de fato, oportunidades valiosas para exercitar e reforçar a cidadania ativa. Assim, ao reconhecer e maximizar o potencial educativo e político dos processos conferenciais, contribuimos significativamente para a preparação de uma sociedade mais engajada, dialógica e pronta para participar ativamente na vida pública em um regime democrático.

As conferências nacionais no Brasil têm sido fundamentais para fortalecer a democracia participativa, criando um espaço vital para o diálogo entre governo e sociedade que resulta na formulação de políticas públicas. No entanto, questionamentos sobre sua eficácia têm surgido, destacando problemas como metodologias obsoletas, falta de transparência e inefetividade nos processos. Neste contexto, é crucial reavaliar e atualizar as metodologias das conferências para atender às atuais mudanças sociais, tecnológicas e políticas, visando potencializá-las como mecanismos eficazes para revitalizar e fortalecer a democracia brasileira.

O aprimoramento da metodologia do processo conferencial requer uma abordagem que promova transparência e assegure uma participação verdadeiramente equitativa. Nesse contexto, torna-se valioso avaliar e extrair lições das iniciativas de revisão metodológica atualmente em andamento em vários ministérios. Apesar de algumas conferências já terem adotado inovações para melhorar a qualidade da participação social e a capacidade de resposta governamental às necessidades da sociedade, ainda existem desafios significativos na inclusão de diversas vozes da sociedade. Para tal, é crucial priorizar métodos que estimulem o diálogo e permitam a expressão de diferentes pontos de vista, garantindo que diferentes perspectivas sociais sejam consideradas. Estratégias como o emprego de tecnologias digitais para engajar participantes à distância, a formação de grupos menores para diálogos mais profundos e o desenvolvimento de mecanismos que estimulem uma participação ativa e diversificada são cruciais. Essas abordagens facilitam a inclusão de uma ampla gama de linguagens, práticas e expressões políticas, essenciais para enriquecer e fortalecer a democracia.

A transparência e a continuidade emergem como questões centrais, com a eficácia das conferências muitas vezes comprometida pela falta de seguimento dos resultados. Um compromisso renovado com a transparência e a responsabilidade pelos encaminhamentos é necessário, possivelmente por meio da delimitação clara de propósitos específicos para as conferências realizadas em diferentes contextos e etapas do ciclo de gestão das políticas públicas, da criação de plataformas digitais para rastrear propostas, publicação de relatórios de progresso e estabelecimento de mecanismos de retroalimentação que permitam às pessoas monitorarem o progresso de suas ideias.

É fundamental também reconhecer que o engajamento não termina com uma conferência nacional. Mecanismos de retroalimentação que informem os participantes sobre o progresso de suas contribuições desde a concepção até a implementação podem valorizar as etapas locais como essenciais para o sucesso do processo. Alinhar as conferências ao ciclo de planejamento e orçamento, garantindo que os temas debatidos reflitam as prioridades políticas nacionais, exige uma estratégia coordenada que promova uma governança responsiva e um compromisso efetivo com decisões coletivas.

Esses desafios, nos convidam a repensar o papel das conferências na democracia brasileira, buscando transformá-las de simples eventos em verdadeiros motores de inovação política e cidadania ativa. Desta maneira, são propostas quatro questões orientadoras deste encontro do GTT:

1. Considerando as inovações e experiências atuais, como aprimorar as metodologias das conferências para elevar a qualidade da participação social?
2. De que maneira os processos conferenciais podem desenvolver consciências e práticas democráticas entre participantes?

3. Como assegurar que as conferências se alinhem ao planejamento e orçamento governamentais, refletindo as prioridades políticas nacionais?

4. Quais estratégias e mecanismos podem ser adotados para aumentar a eficácia das respostas governamentais às deliberações das conferências?

CONFERÊNCIAS NACIONAIS

Reunião 9 – Aspectos organizativos de conferências nacionais

Dia: 20 de fevereiro

Horário: 14 às 18h

Local: CECAD-PR - St. de Garagens e Manutenção Norte

Reflexões prévias sobre organização de processos conferenciais

A realização de conferências fortalece o processo de reconstrução da democracia participativa, servindo como um espaço vital para o diálogo entre a sociedade civil e o governo, na busca conjunta por soluções para os desafios contemporâneos. No entanto, a efetividade desses encontros enfrenta desafios significativos que vão desde a logística e infraestrutura até a sustentabilidade financeira, passando pela complexa gestão de informações e documentos. Cada um desses aspectos exige atenção detalhada e soluções inovadoras que garantam não apenas a realização das conferências, mas também a sua eficácia em termos de resultados concretos e impacto social.

O papel do setor público é crucial para assegurar recursos orçamentários suficientes às conferências, especialmente em um contexto de restrições financeiras. Embora seja útil diversificar as fontes de financiamento, pensando em formas de patrocínio e partilha de recursos entre órgãos públicos, isso não elimina a necessidade de aporte financeiro contínuo para garantir a realização desses processos com qualidade. É essencial que haja comprometimento em alocar recursos de forma que sustente as conferências como processos e não apenas eventos. Isso envolve a criação de ações orçamentárias específicas e o desenvolvimento de estruturas orçamentárias flexíveis, por exemplo, com a inclusão de conferências nas hipóteses de dispensa de Termos de Execução Descentralizada previstas no Decreto 10.426/2020. É oportuno gerar e adotar soluções que possam se adaptar às necessidades mutáveis da natureza peculiar desses processos ao longo do tempo.

Nesse sentido, cabe enfrentarmos o desafio de otimizar processos licitatórios comuns para diversas conferências, uma medida que pode levar a uma significativa redução de custos. A padronização de procedimentos e a criação de contratos marco, que possam ser utilizados por diferentes órgãos e

instâncias na organização de processos participativos, representam estratégias chave para alcançar maior eficiência e economia de recursos. Esta abordagem pode não apenas simplificar e agilizar as contratações, mas também assegurar a manutenção de altos padrões de qualidade nos serviços contratados, considerando a necessidade de atender à metodologia desenhada para os processos e às necessidades dos diferentes públicos participantes de conferências.

Ao pensar em garantir a qualidade dos serviços contratados para viabilizar a realização de processos conferenciais, é essencial considerar a necessidade de infraestrutura adequada e acessibilidade às atividades. Em um mundo em que a disparidade de acesso à tecnologia e as barreiras físicas continuam a excluir significativas parcelas da população do diálogo democrático, refletir sobre infraestrutura e acessibilidade torna-se um desafio aos próprios mecanismos de participação social. Não se trata apenas de oferecer espaços físicos adaptados ou plataformas digitais acessíveis, mas de reconhecer e atender às necessidades específicas das pessoas com deficiência. A infraestrutura adequada e a acessibilidade não devem ser vistas como um custo adicional ou um desafio burocrático, mas como uma oportunidade para fortalecer a democracia, ampliando sua base de participação e tornando-a diversa e representativa. Isso requer comprometimento constante com a inovação, a flexibilidade e, acima de tudo, com a garantia de direitos para assegurar equidade e permitir que todas as pessoas possam contribuir como cidadãs na gestão participativa das políticas públicas.

Outro aspecto desafiador na organização de processos conferenciais é a gestão da informação e dos documentos gerados antes, durante e após as conferências. A adoção de sistemas integrados de gestão documental e a utilização de tecnologias da informação e comunicação para mediar diálogos e sistematizar propostas podem facilitar a organização, o acesso e a disseminação das informações, garantindo que os documentos e deliberações das conferências estejam disponíveis para todos os interessados de forma transparente e acessível. Além disso, a integração efetiva da participação digital requer a elaboração de metodologias e estruturas organizativas específicas que assegurem a eficácia e a igualdade de condições entre participações presenciais e à distância, ampliando o alcance dos debates. Isso não só otimiza a gestão de conhecimento gerado nos processos, mas também amplia o impacto das conferências ao permitir que suas conclusões e recomendações sejam amplamente divulgadas e implementadas.

Por fim, a racionalização do calendário de realização das conferências é desafio a ser enfrentado para evitar sobreposição de atividades, garantindo a participação efetiva e diversificada da sociedade. Um planejamento cuidadoso e uma coordenação interinstitucional são essenciais para assegurar que as conferências sejam distribuídas de maneira equilibrada ao longo do ano, permitindo uma preparação adequada e a mobilização necessária de participantes de diferentes regiões e setores.

Diante desses desafios organizativos dos processos conferenciais, propõe-se as seguintes questões para o diálogo do GTT:

Como garantir recursos orçamentários para conferências de maneira que assegurem a sustentabilidade financeira dos processos conferenciais?

Como reduzir custos na organização de conferências, mantendo a qualidade e adequando-se às especificidades dos processos e das pessoas participantes?

Como garantir infraestrutura adequada e acessibilidade às atividades de processos conferenciais?

Como melhorar a geração, a organização e a disseminação de informações geradas nos processos conferenciais e integrar aos serviços digitais do governo federal?

Como coordenar o calendário de realização das conferências?

ANEXO II

Extrato das propostas apresentadas no GTT

REUNIÃO 02

Memória do Grupo Técnico de Trabalho sobre Colegiados e Conferências

Tema: Composição e métodos de escolha

Data: 21 de novembro de 2023

Local: CECAD – PR

GRUPO 1

No grupo 1, as propostas resultantes da conversa foram:

Sobre a composição:

- Estabelecer critérios transparentes para composição do colegiado que garantam representação de diferentes perspectivas e interesses.
- Buscar equidade de gênero, etnia e raça.
- A titularidade e a suplência devem ser de gêneros alternados. Quando indicada uma mulher para titular, um homem deve ser indicado com suplente e vice versa.
- Cota mínima de 40% para mulheres como representantes em colegiados.
- Considerar a natureza ou o caráter decisório do colegiado.
- Caráter deliberativo deve observar paridade entre Estado e sociedade.
- Caráter consultivo não precisa de paridade entre Estado e sociedade.
- Equilibrar representação regional.
- Normatizar o fluxo da representação estatal
- Cargos mínimos para representação, pois representantes do governo devem estar em nível decisório.
- Mecanismos para garantir efetiva participação de representantes do Estado, por exemplo, explicitando que instituição que não comparece perde vaga no colegiado.

Sobre os métodos de escolha:

- Estabelecer transparência sobre critérios e métodos de escolha.

- Estabelecer seleção pública de organizações da sociedade civil composta por três etapas: inscrição, habilitação e eleição.
- Estabelecer limite de recondução no mandato de representantes.
- Estabelecer parcela de renovação de mandatos a cada seleção pública buscando equilibrar representatividade e expertise.

Refletindo sobre questões ligadas à composição e método de escolha de diferentes colegiados, o grupo teve a compreensão que as escolhas dependem do caráter do conselho, de sua história e da organização social daquele setor de política pública. Foi dito, inclusive, a necessidade de ampliar a reflexão sobre o papel dos conselhos na gestão de políticas nacionais, pois a composição deve refletir a compreensão sobre o papel do colegiado. Nesse sentido, foi comentado que paridade favorece um tipo de representação e desfavorece outro, por isso a questão é o peso que se quer dar para as diferentes vozes presentes em uma área de política. Além disso, o grupo apontou outras necessidades para a qualificação de colegiados, a saber:

- Garantir transparência aos ritos dos conselhos: memórias, atas, composição etc.
- Painel de informações sobre conselhos.
- Ferramentas de gestão de informações no Brasil Participativo.
- Qualificar a representação estatal e social em colegiados, garantindo formação continuada para representantes e espaços permanentes de trocas.
- Momento inicial de formação (instalação do conselho) e formação continuada a partir da prática do conselho.
- Formação ampliada para conselheiros nacionais, estaduais e municipais.
- Espaço próprio para articulação da sociedade, custeado pelo Estado.
- Instâncias de debate apenas de governo.
- Manter fórum permanente de trocas entre secretarias executivas de conselhos.
- Guia de orientações para estruturar e fortalecer colegiados.
- Fortalecer Fórum Interconselhos como espaço de troca da sociedade presente em colegiados.
- Garantir autonomia / independência dos colegiados.

No grupo 2, as propostas resultantes da conversa foram:

Sobre a composição:

- Elaborar orientações quanto ao tamanho dos conselhos, garantindo bom funcionamento, diversidade e representatividade.
- Garantir a maioria de representantes da sociedade civil na composição dos conselhos.
- Definir percentagem máxima de representação de entidades patronais dentro das vagas destinadas à sociedade civil.
- Estabelecer composição com, no mínimo, 50% de mulheres e 30% de pessoas pretas e pardas (incluir indígenas, quilombolas para todos os segmentos entre os conselheiros indicados ou eleitos, além da orientação da inclusão de pessoas LGBTQIAP+, pessoas com deficiência e demais grupos sociais).
- Buscar representação regionalizada nos conselhos nacionais (conselhos nacionais devem ter representantes de todas as regiões do Brasil).

Sobre os métodos de escolha:

- Limitar mandatos consecutivos para representantes eleitos das entidades.
- Até 2 mandatos consecutivos (exceção para conselheiros de notório saber).
- Limitar participação de representantes em outros conselhos.
- Participação simultânea em até 2 conselhos nacionais.
- Mandatos de 4 anos, sendo necessário organizar uma conferência.
- Eleger representantes da sociedade civil em foro próprio, seja por meio de conferência, edital, etc, de forma transparente e participativa.
- Definição de boas práticas para editais de convocação.

Ao tratar da composição, o grupo 2 elencou alguns exemplos sobre paridade nos conselhos existentes nos ministérios:

- Conselho Nacional de Saúde: 50% usuários; 50%: sendo 25% trabalhadores e 25% gestores *Falta a presença da academia.

- Conselho das Cidades: 60% sociedade – entidades empresariais/academia/terceiro setor 40% governo – setor público federal/estadual/municipal *Retomou recentemente a estrutura antiga para discutir o conselho com maior pluralidade.
- Ministério do Turismo: 41 membros permanentes; 48 membros da sociedade civil - mandato de dois anos - agências operadoras, organizações da sociedade civil que atuem no turismo (indígenas, PCD, LGBTQIA+).
- Conselho Nacional das Mulheres: 41 membras, sendo 21 sociedade civil e 16 governamentais.

Após os exemplos, a discussão do grupo sobre paridade seguiu para questões de como:

- Garantir que o tamanho dos conselhos seja suficiente para que tenham representatividade;
- A necessidade de uma orientação da Secretaria de Participação Social sobre a organização da composição, levando em conta os critérios de paridade;
- Diversificação dessa participação dentro da sociedade civil;
- A problematização da existência de conselhos em que a participação da sociedade civil é menor que a participação governamental;
- Promoção da diversidade;
- Questões raciais e de gênero – garantia de representação;
- Representação local, regional e nacional nos conselhos.

Sobre a representação da sociedade civil nos conselhos, os pontos discutidos foram:

- Na representação da sociedade civil, considerar as classes sociais, equilíbrio de composição (entidades patronais e sociedade);
- Na representação da sociedade civil, os setores patronais não deveriam exceder 50%;
- Dentro da composição da sociedade civil, definir o limite máximo do setor patronal.

A discussão do grupo seguiu para questões sobre os usuários/beneficiários:

- Como incluir no processo os atores que, não necessariamente, estão organizados?
- A importância das ouvidorias: o que vem dos cidadãos;
- Pensar em formas/instrumentos para a sociedade ter acesso aos canais/formas de participação; e
- Os conselhos: devem promover/orientar a participação ativa da sociedade.

Ao tratar de métodos de escolha, o grupo 2 conversou sobre os seguintes métodos:

- Indicação;
- Assembleia para definição da sociedade civil;
- Escolha dos representantes nas conferências nacionais;
- Eleição aberta.

Sobre os métodos de escolha foram discutidos:

- A eleição da sociedade civil deve ocorrer em foro próprio: conferência/ edital – coordenada pela sociedade civil;
- Necessidade de uma orientação da Secretaria de Participação Social (guia) sobre os melhores métodos de escolha dos conselheiros.
- Sobre a renovação dos representantes dos conselhos:
- Limitação dos mandatos consecutivos da pessoa (não da organização);
- Estabelecer limites de mandatos e a quantidade de conselhos simultâneos que uma mesma pessoa pode fazer parte (2 conselhos);
- Relação conselhos e conferências – mandato de 4 anos, associado a ciclos de políticas públicas.

No momento final da reunião, os grupos se reuniram em plenária e apresentaram as propostas elaboradas. Na sequência, foram levantadas algumas observações e demandas:

- Diferenciar quando o conselho é consultivo ou deliberativo;
- Singularidade para composição e método de escolha não é apenas no caráter decisório, mas também nas áreas de política;

- Conselhos devem estar vinculados a ciclos de políticas, inclusive no momento da escolha de representantes; e
- Elaborar guia de orientações para estruturar os conselhos.

GRUPO 2

No grupo 2, as propostas resultantes da conversa foram:

Propostas sobre a Composição:

- Necessidade de orientação quanto ao tamanho dos conselhos (número de integrantes), que garanta bom funcionamento, diversidade e representatividade;
- Garantir a maioria de representantes da sociedade civil na composição dos conselhos, com vistas a viabilizar a escuta mais ampla e que o conselho atue como canal de diálogo com a sociedade;
- Definição de percentagem máxima de representação de entidades patronais dentro das vagas destinadas à sociedade civil;
- Composição com, no mínimo, 50% de mulheres e 30% de pessoas pretas e pardas (incluir indígenas, quilombolas para todos os segmentos entre os conselheiros indicados ou eleitos, além da orientação da inclusão de pessoas LGBTQIAP+, pessoas com deficiência e demais grupos sociais);
- Representação regionalizada nos conselhos nacionais (conselhos nacionais devem ter representantes de todas as regiões do Brasil);

Propostas sobre os métodos de escolha:

- Limitação de mandatos consecutivos para representantes eleitos das entidades – Foi pensado para até 2 mandatos consecutivos (exceção para conselheiros de notório saber);
- Limitação de participação dos representantes em outros conselhos – com a participação simultânea de conselheiros em até 2 conselhos nacionais.
- Recomendação de mandatos de 4 anos, sendo necessário organizar uma conferência por mandato.
- Eleição dos conselheiros da sociedade civil deve ocorrer por foro próprio, seja por meio de conferência, edital, etc, de forma transparente e participativa.
- Definição de boas práticas para editais de convocação.

A discussão do grupo sobre paridade seguiu para questões de como:

- Garantir que o tamanho dos conselhos seja suficiente para que tenham representatividade;
- A necessidade de uma orientação da Secretaria de Participação Social sobre a organização da composição, levando em conta os critérios de paridade;
- Diversificação dessa participação dentro da sociedade civil;
- A problematização da existência de conselhos em que a participação da sociedade civil é menor que a participação governamental;
- Promoção da diversidade;
- Questões raciais e de gênero – garantia de representação;
- Representação local, regional e nacional nos conselhos.

Representação da sociedade civil nos conselhos:

- Sobre a representação da sociedade civil nos conselhos, os pontos discutidos foram:
- Na representação da sociedade civil, considerar as classes sociais, equilíbrio de composição (entidades patronais e sociedade);
- Na representação da sociedade civil, os setores patronais não deveriam exceder 50%;
- Dentro da composição da sociedade civil, definir o limite máximo do setor patronal.

Usuários/beneficiários

A discussão do grupo seguiu para questões sobre os usuários/beneficiários: Como incluir no processo os atores que, não necessariamente, estão organizados?

- A importância das ouvidorias: o que vem dos cidadãos;
- Pensar em formas/instrumentos para a sociedade ter acesso aos canais/formas de participação;
- Os conselhos: devem promover/orientar a participação ativa da sociedade;

Discussão sobre métodos de escolha:

Os métodos discutidos foram:

- Indicação;
- Assembleia para definição da sociedade civil;
- Escolha dos representantes nas conferências nacionais;
- Eleição aberta.
- A eleição da sociedade civil deve ocorrer em foro próprio: conferência/ edital – coordenada pela sociedade civil;
- Necessidade de uma orientação da Secretaria de Participação Social (guia) sobre os melhores métodos de escolha dos conselheiros;

Renovação de representantes

Sobre a renovação dos representantes dos conselhos:

- Limitação dos mandatos consecutivos da pessoa (não da organização);
- Estabelecer limites de mandatos e a quantidade de conselhos simultâneos que uma mesma pessoa pode fazer parte (2 conselhos);
- Relação Conselhos e Conferências – mandato de 4 anos, associado a ciclos de políticas públicas.

REUNIÃO 03

Memória do Grupo Técnico de Trabalho sobre Colegiados e Conferências

Tema: Formação

Data: 27 de novembro de 2023

Local: CECAD - PR

GRUPO 1

No grupo 1, as propostas resultantes da conversa foram:

Política de formação

- Diagnóstico: levantamento de experiências de capacitações e processos formativos para o controle social existentes para realização de diagnóstico

- Definir diretrizes com base em prioridades de capacitação para o controle social (insumo: pesquisa sobre necessidades de capacitações para o controle social realizada pela CGU)
- Na capacitação presencial, observar a agenda orgânica dos conselhos
- Certificação da ENAP – composta por 5 ou 6 cursos, prioritariamente com base em cursos autoinstrucionais. O presencial vinculado à agenda dos conselhos
- Lógica de complementariedade
- De quem é a política de formação? Sujeito da política de formação
- Diagnóstico: levantamento de capacitações atualmente realizadas voltadas para conselhos e conferências, e das instituições transversais que realizam essas capacitações: CGU, ENAP, FIOCRUZ
- Diagnostico: obrigatoriedade campo gênero e raça.
- Gênero, raça e diversidade nos processos formativos dos conselhos como diretriz e conteúdo
- Caderno de resposta para escuta dos conselhos conselhos sobre as experiencias que eles já têm e o que eles gostariam de aprender
- Processos formativos construídos a partir da escuta dos sujeitos do processo de formação
- Estrutura nacional.
- Plano pedagógico: a partir de avaliação diagnostica (por ex, por grupos focais), precedida por um projeto político (o que queremos com isso, qual é o objetivo; conteúdos estruturantes) Entender o que é a politica publica, como se participa, questões sobre pluralidade e diversidade. Pensar a estrutura de um curso, da forma mais inclusiva possível. Entender qual é o financiamento de que a política pública necessita.
- Pensar maior regulamentação, maior institucionalização dos conselhos nas políticas públicas e na Administração Pública para que sejam mantenedores das políticas públicas. Buscar uma maior institucionalização. Pensar como os conselhos podem desenvolver estratégias para realizar resistência em períodos de retrocessos democráticos.
- Diagnostico situacional conselhos. Que as pessoas também possam realizar a participação social durante a formação

- Amplitude: vamos buscar incluir outros poderes? Descentralizado. Periferia.
- Territorialização. Nacional. Todo o país. Periferia. FAFERJ, quem pode ministrar as capacitações, onde estão. Todos os estados
- Pensar em outros grupos que podem receber as formações, para além dos conselheiros. Incluir em pessoas que querem concorrer para serem conselheiros.
- Formatos abundantes e diversificados: vídeos, cartilhas.
- Sujeito deve ser o povo brasileiro, da forma mais ampla possível, tendo como eixo central a questão democrática
- Integração da formação com agentes públicos que atuam no território
- Capacitações para agentes populares de saúde
- Formação de formadores: parcerias com organizações da sociedade civil que já atuam nos territórios
- CGU pode aportar os 3 mapeamentos que realizou.
- Democracia como elemento fundante das formações escolares. Inserir democracia na educação formal. Ex: saúde da escola, POP Ciencia.
- Quais devem ser as bases para uma política de formação para o fortalecimento de colegiados? Quais serão os beneficiários?
- Temos muitos processos e experiências importantes de formação já existentes. Precisamos conhecê-los e ver como podemos avançar para uma política de formação.
- Aumentar a capacidade de incidência da sociedade nas decisões sobre políticas públicas.
- Fortalecer a democracia que está em crise.
- Fortalecer a democracia e formar a cidadania para ampliar processos participativos
- Universalizar a participação social.
- Reconhecer as iniciativas que já existem, mas sentido de unidade política para o conjunto de iniciativas que já temos para a formação de conselhos
- Reconhecer, articular e ampliar os diversos programas de formação para as participações
- Estimular a participação social como política pública estruturante do Estado brasileiro.

- Enfrentamento às desigualdades e promoção da equidade

Quais serão as diretrizes?

- Universalização
- Contemplar diversidades: gênero, raça, identidade de gênero, orientação sexual, idade, pessoas com deficiência, etnias, etc.
- Inclusão de grupos em situação de vulnerabilidade
- Centralidade do trabalho como princípio formativo
- Ações afirmativas
- Transição energética
- Do local para o global
- Territorialização
- Fundamentação nas concepções de educação popular que afirmam a construção coletiva do conhecimento e as relações de horizontalidade entre educador e educando
- Política de formação do estado brasileiro, que leve em consideração seu caráter federativo
- Educação Popular
- Acessibilidade
- Linguagem Acessível
- Formato acessível
- Democratização da informação e do conhecimento

Sujeitos:

- Sujeitos de políticas de formação pensados de forma ampla: conselheiros/as, gestores/as, agentes públicos/as, comunidades, territórios, movimentos sociais, organizações da sociedade civil
- Sujeitos de políticas de políticas públicas que estejam e atuem nos territórios

Quais serão os instrumentos de implementação?

Extensão universitária, inserção da participação social na educação formal (curricularização da democracia participativa), programas de formação dos conselhos, escolas de governos, unidades descentralizadas dos órgãos federais,

organizações de formação dos movimentos sociais, sistema interministerial de participação social, fórum interconselhos, Conselho de Participação Social
Programas intersetoriais integradores de formação em participação
Formação articuladora dos agentes públicos setoriais
Parcerias com organizações de educação popular e com escolas de formação de movimentos e sindicatos e com escolas de governo

Quais serão as ações?

Cursos, oficinas, rodas de conversa, podcasts, programas de formação, pesquisas e diagnósticos, banco de conteúdos e de métodos e técnicas, fortalecimento da plataforma Brasil participativo. Formação de formadorxs. Oitivas com o conjunto dos conselhos.

Quem serão os responsáveis?

Titulares de cada ministério, SGPR (contribuir na coordenação), Sistema Interministerial de Participação Social (contribuir na articulação).
Fórum Interconselhos, Conselho de Participação Social, SGPR.

GRUPO 2

No grupo 2, as propostas resultantes da conversa foram:

Práticas educativas

- Educação popular
- Partir da realidade das pessoas para gerar engajamento
- Educação à distância
- A formulação de políticas é oportunidade formativa
- Educação midiática
- Círculos de cultura que respeitam saberes e fazeres locais
- Trilhas educativas
- Mapas educativos
- Escolher um tema para ampliar inclusão
- Criação de multiplicadoras(es)

Recursos pedagógicos

- Zaps novelas (áudios curtos)

- Pílulas de conhecimento
- Cartilhas e cadernos de formação
- Repositórios para partilha de conhecimento
- Ferramentas da política de popularização da ciência
- Contação de histórias (Griô)
- Pesquisa
- Vídeos e redes sociais
- Arte
- Multiplicação criativa
- Material básico de leitura rápida
- Materiais com princípios e informações acessíveis para rápida disseminação
- Uso de tecnologias de informação e comunicação

Conteúdos

Conteúdos específicos sobre políticas finalísticas dos órgãos e demais conteúdos gerais:

- Gênero e misoginia
- Combate à desinformação
- Incidência no legislativo e judiciário
- Instrumentos de monitoramento e avaliação
- Ferramentas de participação social
- Raça e cor
- Fake News
- Combate à discriminação
- LGBTQIA +
- Comunidades tradicionais
- Orçamento público
- Organização popular
- Elaboração de projetos
- Democracia e garantia de direitos
- Participação social e democracia
- Criação de conselhos
- Luta por direitos

- Etarismo e juventude
- Papel dos conselhos e outras instituições participativas
- Justiça climática e sustentabilidade
- Diversidade religiosa e Estado laico

Parcerias

- Escolas de governo
- EBC
- Rádios comunitárias
- Escolas dos Tribunais de Contas
- Ministério Público
- Rádios e TVs Universitárias
- Bancadas legislativas
- Consórcios estaduais e municipais
- Universidades (extensão)
- Organizações da sociedade civil e comunitárias
- Equipamentos públicos (ex. CRAs)
- Escolas de movimentos sociais e sindicais
- Instituições de outros países

Política de formação

Beneficiários

- Colegiados
- Organizações Sociais
- Governo
- Conselheiras(os) federais (apenas?)

Diretrizes

- Democracia
- Educação popular
- Orçamento participativo
- Direitos Humanos
- Múltiplos letramentos
- Estabelecer participação mínima de organizações sociais
- Ações republicana

- Pensar sistema de formação que começa no município
- Levar em conta a dimensão interfederativa

Instrumentos

- Termo de fomento e colaboração (OSCs) - MOROSC
- TEDs
- Termos de cooperação
- PRODOCs

Ações

- Construir projeto político pedagógico
- Realizar campanhas nacionais (comunicação)
- Articular ações conjuntas dos colegiados
- Construir materiais educativos comuns
- Estabelecer diretrizes gerais e posteriormente política geral (ou em paralelo?)
- Formular política para cada colegiado inicialmente (ou em paralelo?)
- Conceber curso geral que trata da política de participação
- Realizar caravanas nacionais de participação
- Fazer chegar formação para além dos colegiados na sociedade
- Assistência técnica

Responsáveis

- SNPS
- Gestão colegiada
- OSCs

Considerações gerais

Precisamos de um plano de formação geral

Como conciliar o tempo político e o tempo participativo?

Qual é o papel governamental nos processos participativos sem ferir a autonomia da sociedade?

Como tornar as iniciativas de formação continuada / perene?

Como criar os processos formativos com as(os) participantes?

Qual é a disposição dos órgãos finalísticos de tornar o processo de formulação efetivamente participativo e educativo?

De onde pode vir o recurso para a participação social? Fundo Nacional?

Há limites de recursos orçamentários para diversificar recursos pedagógicos
As estratégias formativas precisam partir dos territórios
Toda estratégia formativa, precisa ter estratégia comunicativa
Comunicação é ato político!
Como materializar intencionalidade pedagógica? Fazendo o desenho metodológico de toda atividade do colegiado.
Para quem é o conteúdo formativo?
Qual é a intencionalidade da participação?
E a formação de conselheiras(os) governamentais?
Precisamos avançar também na formação de altas lideranças!
Precisamos de ter olhar atento para conselheiras(os) governamentais e secretarias executivas
Quais são as vantagens e desvantagens de fazer um processo formativo tradicional / clássico?
Precisamos de banco de dados sobre organizações sociais
Há necessidades diferentes em distintas áreas de políticas!
Como fazer que todos colegiados incluam ações de formação em seus cotidianos?
Como está a formação hoje? Precisamos de um diagnóstico.
Quais são as áreas estratégicas para iniciar articulações pro-formação conjunta?

REUNIÃO 04

Memória do Grupo Técnico de Trabalho sobre Colegiados e Conferências

Tema: Efetividade e inovações

Data: 07 de dezembro de 2023

Local: CECAD - PR

GRUPO 1

No grupo 1, as propostas resultantes da conversa foram:

Processos e métodos para encaminhamentos das deliberações

- Equipe de trabalho para organizar os encaminhamentos imediatos

- Compreensão das contribuições e limitações do conselho para elaborar resoluções mais efetivas (possíveis de homologação)
- Maior articulação com assessoria jurídica. Obs: prever assessoria jurídica para conselhos
- Rotina de trabalho dos comitês técnicos que permita amadurecimento das propostas até plenário
- Pauta do conselho para a próxima reunião
- Sincronia de agenda ao ciclo orçamentário e planejamento estratégico das políticas
- Fortalecimento do Fórum Interconselhos
- Orientar que Conselhos participem da discussão/gestão dos respectivos fundos setoriais
- Ampliar a participação social na gestão dos fundos
- A agenda do conselho deve considerar os ciclos do planejamento das políticas públicas e dos ciclos orçamentários
- Incorporação das deliberações nas políticas públicas
- Mecanismos de avaliação e acompanhamento (monitoramento B.I)
- Fortalecer a autonomia dos conselhos
- Comitês técnicos devem avaliar minutas de resolução antes de encaminhar ao plenário
- Fortalecer e fomentar a criação, formação para os conselhos nos territórios
- Integração da participação presencial e digital
- Disponibilização de ferramentas customizadas
- Ferramentas que permitam combinar momentos assíncronos digitais com a deliberação síncrona presencial
- Aproveitar momentos presenciais para votação virtual para trabalho assíncrono
- Inovações metodológicas
- Os representantes das secretarias compõem as comissões do conselho e se articulam em GT de alinhamento
- Despacho imediato das deliberações
- Ver a resolução das comissões temáticas MCTI

- Ferramentas metodológicas para facilitar a escuta dos conselheiros (ex: as do CGEE)
- Reuniões itinerantes pelos territórios do país
- Rodízio de titularidade dos conselheiros (as)
- Comissões e/ou câmaras temáticas ligadas aos temas centrais das políticas específicas
- Composição do conselho com representantes das secretarias nacionais - > na coordenação executiva + comitês técnicos
- Secretaria Executiva para encaminhar deliberações
- Estratégias e ferramentas digitais
- Espaços (repositórios) para compartilhamento de documentos sobre os temas em debate
- Plataforma digital própria sendo construída (com apoio do IBICT) em diálogo com plataforma Brasil Participativo
- Criar Fórum de articulação das assessorias dos conselhos nacionais (secretarias executivas)

GRUPO 2

No grupo 2, as propostas resultantes da conversa foram:

Processos e métodos para encaminhamentos das deliberações

- Criar comitês internos nos colegiados para monitorar e avaliar implementação de políticas
- Desenvolver estratégias de monitoramento com uso de painéis de fácil acesso e uso em celulares
- Implementar o uso de ferramentas de gerenciamento de projetos
- Gerar inovação tecnológica para democratizar construção coletiva prévia de pautas de reuniões
- Fortalecer compromisso e comprometimento das(os) conselheiras(os) governamentais
- Estimular protagonismo das Assessorias de Participação Social e Diversidade
- Estabelecer diretrizes gerais da SG-PR para publicização

- Publicizar todas as deliberações do conselho em site próprio ou no Participa + Brasil
- Criar e manter atualizado canal para as informações dos conselhos
- Realizar publicização com fácil acessibilidade e assimilação pela população
- Usar aplicativos e ferramentas simplificados, de fácil acesso, que possam ser usados pelo celular
- Disponibilizar informações públicas financeiras das políticas públicas
- Publicizar deliberações com responsáveis, prazos e execução

Incorporação de deliberações nas políticas

- Métodos + horizontais como consensos; presidências rotativas dos conselhos
- Garantir espaço paritário nas pautas dos conselhos
- Secretaria Geral dialogar com os ministros sobre a importância dos conselhos
- Trazer + experiências de conselhos com boas práticas; fazer publicações com sugestões metodológicas de condução boas experiências
- Estabelecer instrumentos de devolutiva periódica
- Melhorar definições (regimentos internos, atas, RH, assessorias técnicas, deliberações + recomendações + moções)
- Organizar e manter fluxo interno de apresentação das deliberações do conselho às secretarias e vinculadas do ministério
- Organizar momentos periódicos com órgãos governamentais titulares do conselho para apresentação das deliberações e definição de responsabilidades entre os pares
- Normatizar a comunicação das deliberações das instâncias de participação social, visando maior transparência e efetividade
- Mudança Institucional (rotinas, métodos, compromisso)
- Centralização parcial do monitoramento pela Presidência dos planos construídos e aprovados
- Mecanismos de incorporação das deliberações: vinculantes, homologação (Saúde, Conama, outros)

- Regularizar as conferências, dar força normativa, Assessorias de Participação Social e Diversidade com protagonismo
- Força normativa

Sincronia de agenda ao ciclo orçamentário

- Acompanhar ciclo do PPA, LDO / LOA
- Fortalecer conexão entre conferências e colegiados
- Fórum interconselhos teria esse papel?
- Articular com SPOA do órgão estratégias para formação do conselho sobre orçamento público
- Secretaria-Geral poderia convocar reuniões semestrais para reunir conselhos para puxar pautas que vinculem com o ciclo orçamentário
- Metodologias para articular decisões de conferências, com monitoramento via conselhos e com decisões nos tempos do ciclo orçamentário
- Ter momento de formação interna do conselho sobre OP e principais datas
- Inovações metodológicas
- Conferências livres
- Sistematização das deliberações em um plano compatível com PPA (ex: PNDRSS do MDA)

Integração da participação presencial e digital

- Espaço físico de uso comum para conselhos realizar reuniões híbridas e presenciais
- Mapeamento de salas compartilhadas com estrutura para reuniões dos conselhos
- Reuniões híbridas democratizam, mas exigem infraestrutura, capacitação e metodologias apropriadas
- Presidência poderia organizar / centralizar a oferta e disponibilidade de infraestrutura, capacitação e metodologia
- Reuniões temáticas ordinárias e parcerias com os diversos ministérios
- Rodízio das entidades com garantia de diversidade
- Programa nos canais de comunicação do Governo (EBC e Canal GOV)

- Qualificar os processos de ouvidoria para integrar à participação presencial
- Transmitir reuniões e receber ideias *online*
- Reuniões descentralizadas
- Construir pautas de forma aberta e coletiva

Estratégias e ferramentas digitais

- Instalação de “totens” – módulos de comunicação para participação da sociedade nas pautas das conferências (propostas, votação, etc.) em locais como Unidades Básicas de Saúde, Pontos de Cultura, Centros de Referência em Assistência Social
- Campos para *feedback* / resposta ao cidadão
- Canal unificado para conselhos
- Usar inteligência artificial para facilitar sistematização de ideias
- Socializar metodologias de reuniões virtuais longas (aprendizados da pandemia) com respiros + intervalos

Considerações gerais

- Conselhos setoriais ou de direitos são canais institucionais de participação popular
- Deve haver estrutura mínima para o funcionamento dos conselhos / colegiados
- É necessário que haja pessoas dedicadas e comprometidas com o conselho
- Cada colegiado tem seu próprio processo, trajetória, maturação, conquistas etc
- Não existe um formato ideal / único / padronizado para todos os colegiados e conselhos
- Diretrizes gerais respeitando as especificidades
- Ter mais momentos dialógicos com sociedade civil no âmbito dos GTs para trocas de experiências, reflexões antes da formulação de normas / propostas

REUNIÃO 05

Memória do Grupo Técnico de Trabalho sobre Colegiados e Conferências

Tema: Gestão

Data: 12 de dezembro de 2023

Local: CECAD - PR

GRUPO 1

No grupo 1, as propostas resultantes da conversa foram:

Maneiras para assegurar alocação mais eficiente de recursos financeiros, humanos e materiais para conselhos

- Mapeamento de fluxos e processos para transparência, informação e objetividade
- Equipe administrativa e assessoria técnica efetiva permanente
- Garantia de estrutura administrativa e de gestão (pessoal, orçamentária própria)
- Conselhos com assessoria jurídica
- Aumentar o tempo da reunião
- Valorização da participação dos conselheiros (remuneração mais apoio à vinda)
- Financiamento dos processos de participação, mobilização, escuta dos conselheiros junto a quem representa
- IGDS – SUAS (3% para conselhos e conferências)
- Gestão do tempo como recurso estratégico
- Adequar temporalmente o funcionamento dos colegiados com o ciclo orçamentário
- Aprofundar o papel dos Aspads em âmbito ministerial e fortalecimento político dos conselhos
- Prever/prover estrutura de transmissão das reuniões/atividades dos colegiados
- Estratégias para melhorar a transparência, uso da linguagem/comunicação e a participação/engajamento
- Institucionalizar os processos e registros
- Sistematizar a memória dos colegiados

- Oficinas e conversas mediadas por conselheiros e conselheiras de diferentes saberes
- “Drive” público dos processos e deliberações dos conselhos e conferências
- Tradução para algumas línguas indígenas para maior acessibilidade
- Painel de transparência sobre conselhos (CGU)
- Uso de NTC para fortalecer e ampliar o controle social com participação social (aplicativos)
- Iniciativas para gestão integrada que fortaleça o funcionamento de colegiados
- Criar espaços de debate político na relação dos conselhos e sobre políticas estratégicas do Governo
- Fortalecimento do sistema de participação social como integrador das instâncias de participação social + reforço do papel dos Aspads
- Manutenção deste GTT (ou outra instância) enquanto espaço de troca contínua
- Reativação e manutenção do Fórum Interconselhos, além dos fóruns específicos, ex: FIPIR
- Um espaço (Fórum) de articulação das secretarias e equipes técnicas dos colegiados. Inserir sistema?
- Papel da SG nessa gestão?
- Criação, manutenção e atualizações de sistema integrado sobre conselhos
- Monitoramento das deliberações das conferências
- Educação permanente de conselheiros
- Receber, sistematizar e dar encaminhamento (devolutiva)
- Portal de comunicação centralizado sobre os conselhos em colaboração com os órgãos
- Defender a ampliação do caráter deliberativo dos conselhos
- Outros temas
- Linguagem simples e acessível e informações sobre formação
- Disponibilização das informações dos conselhos no Brasil Participativo (linguagem e formatos diversos)

GRUPO 2

No grupo 2, as propostas resultantes da conversa foram:

Como assegurar recursos para colegiados?

- Pensar diferentes modelos de financiamento, infraestrutura e recursos humanos
- Articulação política a partir da organização dos movimentos
- Comunidade da política com movimentos, trabalhadores e gestores
- Aprimoramento dos marcos normativos para assegurar orçamento
- Responsabilidade orçamentária dos órgãos responsáveis pela política
- Pelo menos 1 servidor(a) com função exclusiva para administrativo do conselho
- Estrutura mínima de cargos para todos os conselhos nacionais (1 CCE.13 e 2 CCE .10)
- Unidade gestora (UG) para autonomia na emissão de diárias e passagens
- Ação orçamentária específica para funcionamento do Conselho
- Ação orçamentária específica para o conselho (execução própria ou execução por alguma outra unidade)
- Mapear e estabelecer parceria com as vinculadas para atividades analíticas, resgate histórico, transparência etc.
- Apoio técnico ao conselho via contrato de gestão com Organização Social (ex. CGEE), unidade vinculada ao Ministério
- Projeto de cooperação do CCT com instituto vinculado (ex. IBCT) ao Ministério para estruturação operacional
- Recursos de TEDs, PRODOCs e ACTs para alguns colegiados
- Qualificar recursos humanos (jeton?)
- Fundo Nacional de Participação Social
- Criar fundo de participação social unificado (exceto para conselhos que já têm)
- Como melhorar transparência e uso de comunicação acessível?
- Na linha da comunicação, a garantia do processo histórico / memória do colegiado
- Transmitir *online* todas as reuniões de colegiados: institucionalidade e visibilidade

- Equipe de comunicação para colegiado (gestão do site e transparência de resoluções e documentos)
- Decreto para comunicação acessível, com SECOM orquestrando ASCOMs
- Assessoria centralizada (na SECOM?) para aplicar camada de simplificação
- Ir além da comunicação oficial formal para chegar às pessoas comuns
- Melhorar o diálogo com a sociedade uso dos canais de comunicação do governo (EBC e Canal GOV)
- Ampliar divulgação sobre SIC – Fortalecer diálogo com sociedade civil não organizada

Como potencializar gestão integrada de colegiados?

- Cooperação interconselhos
- Compartilhamento de espaços para reuniões dos colegiados
- Sistema Nacional de Participação Social
- Levar para territórios os debates em curso nos diferentes conselhos (comunicação)
- Construção de uma proposta metodológica de formação das(os) conselheiras(os) e equipe do colegiado
- Estimular cooperação técnica entre colegiados para formação de equipe
- Capacitação sobre planejamento e orçamento para Secretaria Executiva dos Conselhos
- Participação das Secretarias do MPO (SOF, SMA e SEPLAN) em atividades formativas para os conselhos e colegiados potencializando a gestão integrada
- Colegiado permanente para interlocução das Secretarias Executivas dos Conselhos
- Reuniões mensais para trocas, formações e estudos
- Continuar fórum com secretarias executivas de conselhos e comissões organizadoras de conferências
- Institucionalizar instância de diálogo permanente entre as secretarias executivas dos colegiados
- Ações integradas interconselhos – busca de alinhamentos temáticos entre conselhos

- Fórum Interconselhos
- Importância de um fórum governamental do fórum interconselhos
- Metodologia para debates entre conselheiras(os)
- Sistema de Participação Social pode vir a ser um modo de gestão integrada e isso precisa ser documentado
- Apoiar a interlocução / troca em reuniões bilaterais entre conselhos
- Estruturar a gestão integrada entre os colegiados dentro de um ministério, potencializados pela Assessoria de Participação Social e Diversidade

Qual pode ser o papel da Secretaria-Geral (SG) na gestão integrada?

- SG forte politicamente, incidindo no funcionamento dos ministérios
- Cabe à SG recuperar o papel e importância das(os) Assessoras(es) de Participação Social e Diversidade em cada ministério inclusive para articulação política com os movimentos sociais
- Definir atribuições claras das Assessorias de Participação Social e Diversidade em relação aos conselhos
- Definir as atribuições da unidade gestora do conselho no regimento interno do ministério ao qual é vinculado
- Enfrentar debates estruturantes para participação social: sistema político, comunicação pública, enfrentamento aos fundamentalismos
- SG como articuladora da formulação e formação governamental em participação social
- Os cursos sobre participação social devem ser feitos convites às Assessorias dos Conselhos e outras áreas dos Ministérios que colaborem para a elevação da consciência sobre a importância estratégica da participação social para as transformações sociais
- Cursos sobre participação e Educação Popular
- Estudos, pesquisas e sistematização sobre participação e educação popular
- Criar núcleo de estudo, pesquisas e monitoramento de Participação Social na SNPS
- Transformar resoluções em subsídios de transparência e Educação Popular (DEP / DPS / DPDPR)

- SG fazendo a comunicação interna de participação social
- SG com mandato sobre a comunicação popular para participação social
- Transformar o Sistema de Participação Social em lei

REUNIÃO 07

Memória do Grupo Técnico de Trabalho sobre Colegiados e Conferências

Tema: Ampliação da participação e método de escolha de delegadas(os)

Data: 30 de janeiro de 2024

Local: CECAD – PR

GRUPO 1

Questão:

Como podemos identificar e superar as barreiras específicas que impedem a participação de grupos marginalizados nas conferências nacionais? Como garantir paridade de gênero, representação racial e étnica nas diferentes etapas das conferências?

No grupo 1, as propostas resultantes da conversa foram:

- Organizar uma linguagem que facilite a viabilização de todo esse setor marginalizado
- Oferecer dados sobre a execução da política no nível local (gastos públicos)
- “Popularizar” o controle social em conferências, delegações e atribuições
- Comunicar para além dos segmentos organizados
- Comissão organizadora realizar plenárias específicas pré-conferências
- Comissão organizadora criar critérios / cotas para os grupos marginalizados
- Realizar conferências temáticas
- Etapas temáticas com processo de tiragem de delegadas(os)
- Olhar global para a realidade local; realizar ações e diálogos locais (municípios / estados) com olhar no território (diversidade, regionalidade)

- Chamar, convocar reuniões, seminários preparatórios para especificidades
- Rodas de escuta com todos os setores marginalizados
- Participação popular com segmentos não organizados pela esquerda
- Participação de evangélicos nas conferências (sinalização da SG para os ministérios)
- Realizar atividades preparatórias (seminários, encontros e rodas de conversa)
- Precisamos em todos os espaços do governo propormos essas diversidades e presença de marginalizados
- As conferências precisam ser de Estado e não de governo
- É preciso dar institucionalidade às conferências = regulamentar em lei
- Investir recursos do PPA
- Judicialização municipal para acontecer as conferências
- Mobilizar a diversidade
- Não polarizar
- Como garantir processos efetivos de renovação de delegados/as?
- Mapear os grupos e estabelecer regras / cotas
- Mapeamento fora da bolha
- Sorteio de delegados na população geral
- Sorteio e mini públicos
- Conferências livres autogestionadas temáticas com escolha de delegados
- Equidade e paridade
- Estabelecer critérios para a participação de delegadas(os) nas conferências (ex: limitar a participação de uma mesma pessoa a um número X de conferências)
- Ampliar ações educativas e informativas sobre participação e controle social (conscientizar)
- Estimular debate sobre os temas dentro das unidades escolares, presídios, igrejas, ilês e casas de cultura
- Preparar essa juventude dentro das unidades escolares para viver na democracia, construir esses espaços e exercitar
- Rotatividade de movimentos sociais como delegados

- De que forma a tecnologia pode ser utilizada para melhorar os métodos de escolha de delegados/as e ampliar a participação, inclusive a participação de sujeitos coletivos?
- Etapas digitais como forma de dialogar com novos setores
- Tecnologia ser usada como estratégia para comunicar e mobilizar
- Processos de participação adaptados para coletivos sem acesso digital
- Fortalecer as organizações de defesa dos interesses do povo
- Pensar em formas de superar a exclusão digital, por meio de plataformas / apps mais inclusivos (ex: não cobrem franquias de internet)
- Transmissão das conferências por youtube e possibilidade de participação online
- Considerar a utilização de tecnologias como o Plataformas
- Quais metodologias podem ser adotadas para preparação prévia de delegados/as, para qualificar a participação ativa dos grupos marginalizados?
- Capacitações nos territórios para interpretar e fiscalizar as políticas públicas
- Se a arte é uma linguagem precisamos introduzi-la como uma linguagem nas conferências
- Espaços de escuta de ideias para setores com o setor da língua não formal
- Para minimizar os custos de experimentar inovações, fazer uma conferência com os trabalhadores da esplanada
- Textos base em comunicação acessível e formas de deliberação baseadas em diretrizes diretas
- Capacitação de delegados em comunicação acessível
- Mostras de cultura, arte, feiras, combinadas com a etapa nacional
- Links aos sistemas de políticas

GRUPO 2

Questão:

Como podemos identificar e superar as barreiras específicas que impedem a participação de grupos marginalizados nas conferências nacionais? Como garantir paridade de gênero, representação racial e étnica nas diferentes etapas das conferências?

No grupo 2, as propostas resultantes da conversa foram:

- Internalizar debates de gênero, raça, classe, etc, nas instâncias organizadoras e em todas as etapas das conferências
- Mapeamento dos movimentos sociais ativos – área e pauta
- Campanha de estímulo a conselhos municipais + locais para promover capilarização do debate no território
- Conferências livres possibilitam ampliação de participação diversa e popular
- Estímulo a conferências temáticas/setoriais pelo poder público. Federal - > Municipal e Estadual
- Experiência da Conferência de Segurança Alimentar (CONSEA) -> cotas para viabilizar interseccionalidade de participação
- Garantir financiamento para deslocamento para participação da sociedade civil + grupos marginalizados
- Garantir diretrizes mínimas para conferências livres temáticas para não fugir da temática central
- Entender especificidades dos grupos e territórios para oferecer efetiva participação
- Para as cotas deve-se usar os dados do IBGE sobre porcentagem de pessoas que se declararam negras/indígenas
- Garantir 50% de participação de mulheres, inclusive no governo
- Viabilizar a participação de mulheres com crianças -> custear vinda de dependentes
- Divulgação e mobilização de acessibilidade para conferências estaduais e municipais
- Desburocratizar a participação e controle social para movimentos populares -> devem ser privilegiados
- Realização da conferência nacional em junho para deliberação no PPA e LOA
- Oferecer estímulos à participação social. Educação Popular para trabalhadores, estudantes, etc
- Movimentos sociais devem ser reconhecidos pelo segmento
- Para garantir a paridade pode-se adotar métodos diversos
Como garantir processos efetivos de renovação de delegados/as?

- Como garantir a participação de grupos com organizações não tradicionais
- Ampliação da participação como estratégia para renovação
- Representação de participação do governo na conferência deve ser ampliada
- Diversificar participação de segmentos diversos (lideranças locais, ONG's, coletivos, etc)
- Experiências da Assistência Social e Saúde
- Renovação ≠ Ampliação
- Estabelecer critérios para representantes do Poder Público nas conferências
- Renovação de delegados + ampliação para novas entidades e segmentos
- Financiamento que garanta recursos para as etapas estaduais e intermunicipais
- Ferramentas digitais para ampliar contribuições ao processo da conferência a nível do território

Questão:

De que forma a tecnologia pode ser utilizada para melhorar os métodos de escolha de delegados/as e ampliar a participação, inclusive a participação de sujeitos coletivos?

- Experiência da Conferência Nacional de Juventude -> Etapa Digital (elegeu 60 delegados + propostas)
- Tecnologia pode ampliar divulgação para outros atores como estudantes e jovens
- Digitalização dos processos deve ter o cuidado de incluir grupos diversos

Questão:

Quais metodologias podem ser adotadas para preparação prévia de delegados/as, para qualificar a participação ativa dos grupos marginalizados?

- Usar tecnologia e ferramentas audiovisuais (vídeos) sobre temas da conferência
- Tradução da documentação com comunicação acessível (RI, texto base, objetivos da conferência)

- Aprovação do Regimento Interno de forma ampla e digital anterior à etapa nacional
- Metodologias mais didáticas ex: vídeos curtos
- Educação Popular para compreensão do processo de conferências
- Repositório das conferências nacionais com temas gerais sobre conferências

REUNIÃO 8

Memória do Grupo Técnico de Trabalho sobre Colegiados e Conferências

Tema Desenho metodológico e efetividade de conferências nacionais

Data: 06 de fevereiro de 2024

Local: CECAD - PR

GRUPO 1

PAINEL GRUPO 1

Questão:

Como aprimorar as metodologias das conferências para elevar a qualidade da participação social?

- Revisão de licitações e contratos para garantir diversidade humana e serviços
- Sistema de participação pública concomitante às conferências (ex: audiências e consultas públicas em meio ao processo conferencial)
- Metodologias adaptadas para engajamento da sociedade civil nas etapas conferenciais
- Manter diálogo com delegados pós-conferência
- Qualificar a participação em conferências
- Envolver processo municipal na construção da organização das conferências e não ser apenas o federal na construção das regras e temas
- Renovação de quadros respeitando-se as especificidades de gênero, raça, etnia, identidade de gênero e orientação sexual
- Conferência no tempo disponível com flexibilidade de dias e horários para debates
- Uso dos meios de comunicação de massa

- Garantir participação do(a) trabalhador(a) com atestado de participação
- Realizar conferências aos sábados
- Delegados do poder público não deveriam ter voto nas conferências nacionais
- Conferências precisam estar conectadas ao respectivo conselho, política e plano nacional
- Conferência deve ter caráter permanente, incluindo, respostas à sociedade
- Garantir financiamento
- Estratégias de inclusão dos afetados ou beneficiados pelas políticas públicas para o centro do debate
- Temas devem ter sentido para todos, desde os territórios locais
- Acabar com discussão presencial sobre regimento interno
- Usar estratégias amplas de comunicação, incluindo rádios comunitárias
- Observar a questão do horário de realização das conferências
- Velocidade das mudanças exige interação digital, mas é necessário atenção ao risco de captura
- Uso de plataformas de encontros assíncronos para partes das etapas da conferência
- Ter mais espaço de escuta como grupos e planárias, menos palestras
- De que maneira os processos conferenciais podem desenvolver consciências e práticas democráticas?
- Enfrentamento da agenda neoliberal e autoritária de setores da vida nacional
- Priorizar a pauta de necessidades sociais universais nos processos
- “Leitura de mundo” = processos que garantam as propostas municipais nas conferências nacionais
- Espaços de trocas intergeracionais para garantir a adaptação de novas linguagens
- Uso de linguagens de fácil acesso
- Usar recursos para contratar profissionais de comunicação ou ASCOM
- Fortalecimento e protagonismo das organizações do povo na construção dos processos de conferências

- Propor Conferências sobre o sistema político e legislativo (democracia direta; democracia participativa; democracia representativa; comunicação)
- Realizar conferências comunitárias, locais, antes das municipais
- Necessidade de “convencimento” de que as conferências dizem respeito às políticas públicas que promovem a igualdade, a equidade...
- Uso de outras linguagens no processo das conferências a exemplo do audiovisual
- Popularizar os debates da conferência
- Investir nas etapas preparatórias com espaços de formação
- Participação social na base nacional comum curricular

Questão:

Como assegurar que conferências se alinhem ao planejamento e orçamento governamental?

- Conectar conferências e ouvidorias
- Participação social deve ser política de Estado e não só de governo
- Observar também o calendário local / municipal
- Estabelecer período máximo para periodicidade das conferências
- Documento-base da conferência deve ser o último PPA do ministério
- Regulamentar em forma de lei o sistema de participação social
- Interlocução com Congresso Nacional para garantir participação social por lei, garantindo orçamento e realização periódica da conferência
- Como aumentar a eficácia das respostas governamentais às deliberações de conferências?
- Garantir por lei execução de X% das propostas
- Aprimorar o sistema de monitoramento e avaliação com relatório anual
- Monitorar também as deliberações locais e estaduais com uma ação dos conselhos
- Conferência com poder decisório
- Criação de plataforma de monitoramento coordenada pelos conselhos em parceria com o ministério
- Assessorias de participação devem ser responsáveis pela devolutiva das propostas nos ministérios

- Melhor entrosamento entre conferências e conselhos
- Estímulo à existência de comitês de monitoramento
- Construção de mapas de demandas / propostas locais
- Necessidade de garantir o monitoramento das propostas aprovadas nas conferências
- Monitoramento pós conferência com comitês nos territórios usando tecnologias
- Conferência deixa de ser um evento e torna-se uma instância participativa efetiva

GRUPO 2

PAINEL – GRUPO 2

Questão

Considerando as inovações e experiências atuais, como aprimorar as metodologias das conferências para elevar a qualidade da participação social?

- Ouvidorias fornecendo insumos às conferências e aos conselhos, além de monitorar as principais pautas da sociedade
- Municípios, movimentos sociais <-> conferências -> pautas específicas
- Fortalecer capacidades de lideranças sociais
- Inovar contatos virtuais
- Elaborar e difundir vídeos sobre as entregas do processo da conferência ao longo do seu calendário
- Ter clareza dos objetivos e critérios para optar pela realização de conferências
- Comunicação Popular: rádio comunitária, tv comunitária, folhetos, boca a boca
- Prever momentos de avaliação/prestação de contas da conferência anterior em todas as etapas (conferências municipais, estaduais, livres, temáticas, etc) da conferência em andamento
- Potencializar o uso das redes sociais para a conscientização a sociedade sobre a importância da participação e do envolvimento de todos. Aumentar a qualidade da participação
- Avaliar as conferências anteriores

- Construção de mapas colaborativos dos movimentos sociais que expressa visibilidade da sociedade brasileira
- Consultas virtuais para otimizar o regimento interno, sem perder a sinergia política
- Rede de comunicadores -> Educação digital
- Garantir um processo forte de divulgação e propaganda das conferências que estimula a participação das pessoas. Especialmente na etapa municipal, territórios.
- Território: + informação + escuta às parcelas não organizadas + utilidade na vida das pessoas
- Conferências livres

Questão:

De que maneira os processos conferenciais podem desenvolver consciências e práticas democráticas entre participantes?

- Acolher a diferença. Valorizar o diferente. Assegurar o espaço das livres expressões
- Valorizar o conhecimento do público. Apresentar a prática das políticas públicas nos espaços
- Promover a interação governo-sociedade nas redes sociais
- Promover a viabilizar momento prévio à etapa nacional para que determinados grupos se reúnam, se articulem etc. Exemplo: reunião de mulheres, reunião de pessoas pretas e pardas, povos e comunidades tradicionais, juventude, etc.
- Estimular que todas as etapas prévias de uma conferência tragam momentos específicos (mesas painéis, grupos) para discussão sobre participação social no contexto da sua política (cultura, criança e adolescente, ciência e tecnologia)
- Articular processos/metodologias com as políticas públicas
- Mostrar resultados = conscientiza
- Educação popular sobre instrumentos de participação social e gestão/instrumentos de gestão
- Jornadas de PS no Ensino Médio e Superior, organizações

- Fortalecendo organizações que surjam do processo conferencial -> perenidade no território
- Criar canais de comunicação para amplificar a divulgação dos resultados alcançados a partir das propostas aprovadas nas conferências

Questão:

Como assegurar que as conferências se alinhem ao planejamento e orçamento governamentais, refletindo as prioridades políticas nacionais?

- Comprometimento da alta gestão com a participação social e internalização das propostas
- O calendário da conferência deve proporcionar que incida nas peças orçamentárias
- Metodologia das conferências alinhada com os programas orçamentários das PP
- Promover rodada de apresentação/exposição sobre calendário do orçamento público nos conselhos nacionais (ou comissão organizadora da conferência), articulada por MPO e SNPS/SG

Questão:

Quais estratégias e mecanismos podem ser adotados para aumentar a eficácia das respostas governamentais às deliberações das conferências?

- Painéis de monitoramento para devolutivas
- Encontro para devolutiva da conferência após 2 anos
- Criar painel de monitoramento único e integrado sobre as deliberações das conferências nacionais e seus desdobramentos
- Deter o cadastro dos participantes das etapas prévias à conferência nacional em base unificada para “prestar contas” de forma permanente sobre seus desdobramentos
- Criar instrumentos que possibilitem que as propostas sejam inseridas no PPA, LDO e sejam implementadas ao longo dos 4 anos de governo

REUNIÃO 9

Memória do Grupo Técnico de Trabalho sobre Colegiados e Conferências

Tema: Aspectos organizativos de conferências nacionais

Data: 20 de fevereiro de 2024

Local: CECAD - PR

GRUPO 1

PAINEL – GRUPO 1

Questão:

Como garantir recursos orçamentários para conferências de maneira que assegurem a sustentabilidade financeira dos processos conferenciais?

- Conferência como componente de sistemas perenes de participação que articule o local ao nacional
- Conferências vinculadas a sistemas de políticas e direitos
- Criação de sistema que articule, integre e financie o conjunto dos processos de conferências
- Orçamento próprio para Conferências
- Buscar emendas parlamentares com ação orçamentária específica
- Criar fundo nacional de participação social (questão: qual será a fonte de recursos?)
- Realizar campanha nacional pública sobre a importância das conferências (“democracia exige mais democracia”)
- Como otimizar recursos na organização de conferências, mantendo a qualidade e adequando-se às especificidades dos processos e das pessoas participantes?
- Realizar eventos híbridos
- Criar GT Operacional para organização de conferências por ano de realização visando ganhar economia com escala
- Realizar conferências multi-setoriais integrando temas e otimizando recursos
- Buscar soluções administrativas como ata de registro de preços, contratação conjunta de local / hospedagem única com ganho de escala

Questão:

Como garantir infraestrutura adequada e acessibilidade às atividades de processos conferenciais?

- Pensar estruturas permanentes nos territórios a partir dos processos conferenciais
- Conselhos locais de usuários para aprimoramento e mobilização dos processos de conferência
- Não depender em tudo da iniciativa privada e criar soluções públicas
- Reduzir barreiras epistemológicas, plasmadas nas formas e métodos de realização de debates, na linguagem, na estética e organização dos espaços para que as conferências sejam atrativas e efetivas a outras cosmovisões
- Como melhorar a geração, a organização e a disseminação de informações geradas nos processos conferenciais e integrar aos serviços digitais do governo federal?
- Observatório dos resultados e dados das conferências no Brasil Participativo
- Criação de GT para pensar observatório e gestão de informações sobre conferências (SNPS, IPEA, CGU, MGI...)
- Utilizar reuniões online para discutir temas menos centrais da conferência, liberando espaço das etapas presenciais
- Utilizar ferramentas online de construção de propostas também em etapas presenciais, facilitando o trabalho do gestor e ampliando transparência
- Painéis de monitoramento e devolutiva no Brasil Participativo
- Envolvimento orgânico do MGI – MPLAN nos processos de conferências
- Pensar articulação entre instâncias de participação (Ouvidorias encaminhando insumos do Fala BR para Conselhos; Conselhos realizando monitoramento e acessando painéis do Brasil Participativo; Conferências recebendo insumos de políticas públicas do Fala BR das Ouvidorias; Conferências realizando monitoramento com adaptação de informações do Fala BR em painéis no Brasil Participativo)

Questão:

Como coordenar o calendário de realização das conferências?

- Calendário comum coordenado pela Secretaria-Geral
- Os Conselhos precisam propor resoluções sobre a periodicidade das conferências observando o período do PPA

GRUPO 2

PAINEL – GRUPO 2

Questão:

Como garantir recursos orçamentários para conferências de maneira que assegurem a sustentabilidade financeira dos processos conferenciais?

- Mapear outras fontes de financiamento que não recurso da União
- Incluir conferência no PPA -> Ação orçamentária
- Aprofundar debate sobre sistema de políticas públicas e repasses fundo a fundo
- Incorporar serviços digitais e encontros virtuais
- Compilar possíveis fontes de financiamento para conferências (fundos, patrocínios)
- Como reduzir custos na organização de conferências, mantendo a qualidade e adequando-se às especificidades dos processos e das pessoas participantes?
- Pensar em espaço físico próprio, com gestão público/privado
- Normatização sobre prazo da compra das passagens para etapa Nacional
- Licitação única para vários itens (alojamento, centro de convenções para várias conferências)
- Planejamento orçamentário que vise assegurar com qualidade a realização das conferências. As fontes de financiamento precisam estar definidas (PPA, LDO)
- Contratação de P.M (pequenas e microempresas) -> questões de sustentabilidade e apoio local (nova lei de licitações)
- Parcerias com estados
- Calendário com antecedência para a Nacional
- Estruturar equipe da Secretaria-Geral especializada no apoio à organização das conferências

Questão:

Como garantir infraestrutura adequada e acessibilidade às atividades de processos conferenciais?

- Prever contratação de assessoria técnica para identificar e viralizar acessibilidade sistêmica ao longo do processo de conferência
- Elaborar e difundir guia de acessibilidade para conferências nacionais
- Entender acessibilidade como um processo contínuo e compartilhado em todas as etapas (conferências)
- SG com MDHC escrever nota técnica com instruções para garantir acessibilidade nas conferências
- Difundir IN da Secom sobre acessibilidade e comunicação
- Garantir o cumprimento da IN nº3 (de 15/09/2023) da Secom/PR no processo de realização das conferências
- Identificar no cadastro de delegados se é PCD e qual demanda específica

Questão:

Como melhorar a geração, a organização e a disseminação de informações geradas nos processos conferenciais e integrar aos serviços digitais do governo federal?

- Realizar encontros entre Gov. Federal e governos estaduais para apoio na organização das conferências
- Divulgar os relatórios finais das conferências na plataforma Brasil Participativo
- Guias de boas práticas de sistematização e monitoramento das resoluções das conferências, com software livre, transparência, dados abertos e participação social
- Assessoria técnica para sistematização das informações, garantindo nos espaços serviços digitais
- Como coordenar o calendário de realização das conferências?
- Sistema de acompanhamento de conselhos e conferências da SG/PR
- Definir informações e prioridade de atualizações a serem preenchidas pelas comissões organizadoras sobre o calendário das conferências

ANEXO III

Síntese dos seminários

Seminário sobre Colegiados e Conselhos Nacionais

No dia 16 de novembro de 2023 ocorreu o seminário sobre colegiados e conselhos nacionais no âmbito do grupo técnico de trabalho sobre colegiados e conferências que discutiu cenário atual, inovações, história e papel dos conselhos na democracia, e desafios enfrentados por colegiados e conferências.

Durante o seminário, o direcionamento coletivo foi para a necessidade de analisar o contexto, realizar diagnósticos e formular propostas para aprimorar o funcionamento dos colegiados. Destacou-se a questão de como inovar para melhorar a qualidade da participação e a efetividade das respostas governamentais, diante a polarização na participação em colegiados visível a partir da controvérsia em torno do Decreto 8.243/2014 que instituiu a Política Nacional de Participação Social.

Também foi explicitada a desconexão entre políticas sociais e econômicas e sua influência nos resultados de conselhos e conferências, tendo sido questionado o sentido de se permanecer em um conselho em uma estrutura autoritária de governo. Sugestões incluíram a inclusão de representações da Plataforma pela Reforma do Sistema Político e da Articulação de Mulheres Brasileiras nos próximos seminários, além da necessidade de incidência política da Secretaria-Geral para a reconstrução de alguns conselhos.

Outros temas abordados foram a recomposição de alguns conselhos extintos, a resistência de colegiados ao Decreto 9.759/2019, que limitou o funcionamento dos colegiados, e a vocação do Conselho Nacional de Participação Social. A Secretaria-Geral foi destacada como ator chave para a indução da qualificação da participação.

Foi destacada a importância histórica dos conselhos e conferências na criação de várias políticas públicas e a ocupação estratégica de colegiados por atores interessados na reforma ou na criação de políticas públicas. Foi sugerida a popularização da ciência e a ampliação da base social da conferência, com ênfase na inclusão de ativistas no processo de debate do GT e na necessidade de pensar conselhos como instâncias de deliberação e pactuação.

Foi abordada a incorporação de novos métodos e tecnologias para trazer eficácia e eficiência aos colegiados, sendo realçada a centralidade da participação social no atual governo e a crise na democracia que exige uma democratização mais ampla. Nesse sentido, foi discutido o papel central dos conselhos na democracia brasileira, sendo questionados os efeitos do Decreto 9.759/2019, que tentou desmontar ou desinstitucionalizar os conselhos, testando a resistência ou resiliência de alguns deles.

Também foi apresentado o histórico do Conselho Nacional de Direitos Humanos, a resistência do conselho com a criação de uma Comissão Especial sobre Participação Social para confrontar o Decreto 9.759/2019, e a necessidade de alinhar as políticas que contam com participação, tornando os conselhos das políticas centrais dos ministérios mais deliberativos e agregando instrumentos de democracia direta.

Durante o seminário, houve intervenções significativas que abordaram aspectos práticos e desafios enfrentados pelos conselhos e colegiados. Uma intervenção destacou que os movimentos sociais não devem perder espaço para o exercício da crítica e enfatizou que a forma de funcionamento da burocracia não deve moldar o funcionamento dos conselhos. O papel dos burocratas foi ressaltado como importante para a resistência dos conselhos, indicando a complexa relação entre a estrutura burocrática e os órgãos de participação social.

Além disso, foi mencionado que o Conselho Nacional de Saúde decidiu realizar a 17ª Conferência em julho, visando influenciar o Plano Plurianual (PPA). No momento da convocação e organização da conferência, esse colegiado optou por realizar a conferência mesmo sem recursos garantidos, demonstrando um compromisso com a participação e influência na política de saúde, apesar das limitações financeiras. As conferências livres realizadas na 17ª Conferência Nacional de Saúde permitiram a escolha de delegados, o que representa uma forma de democratizar ainda mais o processo participativo.

Foi também referido que o Conselho de Ciência e Tecnologia foi criado em 1975 como um órgão de assessoramento da Presidência da República, destacando o papel histórico e a importância de conselhos consultivos em áreas estratégicas como ciência e tecnologia.

Essas intervenções refletem uma preocupação com a manutenção da integridade e eficácia dos conselhos e colegiados, bem como com a necessidade de garantir que eles continuem sendo espaços relevantes para a participação social e a formulação de políticas públicas.

Seminário sobre Conferências Nacionais

O seminário sobre Conferências, realizado em 23/01/2024, constituiu um fórum essencial para discutir a dinâmica, os desafios e as perspectivas futuras da participação social no contexto das conferências nacionais no Brasil, com ênfase especial na sua contribuição para a democratização do processo de formulação de políticas públicas.

A participação social em conferências nacionais é um mecanismo vital para a inclusão de diversas vozes no processo de tomada de decisão política e na formulação de políticas públicas no Brasil. Este seminário reuniu acadêmicos, profissionais, representantes da sociedade civil e do governo para discutir como essa participação pode ser aprimorada, enfrentando os desafios existentes e explorando novas oportunidades para o engajamento cívico.

Um dos principais tópicos discutidos foi os desafios enfrentados na promoção da participação social efetiva. Entre esses desafios, destacam-se a limitação do acesso às conferências para comunidades remotas ou marginalizadas, a necessidade de superar barreiras linguísticas e culturais, e o desafio de garantir que a participação social seja genuinamente inclusiva e representativa. A superação desses obstáculos requer não apenas vontade política, mas também inovação em métodos de engajamento e participação.

A utilização de tecnologias digitais emergiu como um tema central nas discussões, sugerindo que plataformas online e ferramentas digitais podem oferecer novas formas de engajamento cívico, permitindo uma participação mais ampla e diversificada. No entanto, os participantes também reconheceram a importância de não excluir aqueles sem acesso à tecnologia digital, salientando a necessidade de abordagens híbridas que combinem métodos tradicionais e inovadores de participação.

Foram compartilhadas várias experiências de sucesso em conferências nacionais, destacando como a participação social efetiva contribuiu para a formulação de políticas públicas mais responsivas e inclusivas. Esses casos exemplares serviram como base para discussões sobre as melhores práticas e lições aprendidas, fornecendo insights valiosos para aprimorar futuras conferências.

As conclusões do seminário culminaram em um conjunto de recomendações destinadas a fortalecer a participação social nas conferências nacionais. Entre as principais recomendações, estão a ampliação do acesso e inclusão, o fortalecimento dos mecanismos de feedback e acompanhamento das políticas implementadas, e a importância de garantir a continuidade e sustentabilidade da participação social como um pilar da democracia.

O seminário sobre participação social em conferências nacionais destacou a importância crítica deste mecanismo para a democratização da gestão pública no Brasil. As discussões enfatizaram que, apesar dos desafios existentes, há um caminho claro para o aprimoramento da participação social através da adoção de tecnologias inovadoras, da inclusão de grupos sub-representados, e do fortalecimento da transparência e da responsabilidade no processo de formulação de políticas públicas. Este evento marca um passo importante na direção de uma sociedade mais inclusiva e participativa, reiterando o compromisso com a construção de um Brasil mais democrático e justo para todos.

ANEXO IV

Contribuições da Consulta Pública

A seguir estão apresentadas as propostas feitas na consulta pública sobre colegiados nacionais, lançada na Plataforma Brasil Participativo.

Composição

Quais critérios de composição dos colegiados podem garantir maior representatividade da sociedade civil, diversidade de gênero, étnico-racial, territorial e representação efetiva de usuárias(os) de políticas públicas e trabalhadoras(es)?

- Assegurar que a diversidade se expresse e incida sobre as políticas públicas.
- Utilizar a diversidade como "critério de desempate" ou como pressuposto.
- Contemplar a elaboração de uma matriz de competências.
- Assegurar a escolha dos representantes pela comunidade ou organização.
- Ampliar e diversificar a representatividade:
- Estabelecer paridade entre entidades governamentais e não governamentais.
- Buscar equilíbrio de gênero, raça, região, segmento, geração e escolaridade.
- Assegurar proporcionalidade para diferentes representações.
- Implementar sistema de cotas para populações específicas.
- Considerar envolvimento dos representantes com os temas em debate, conhecimento e experiência comprovados na área de atuação do conselho.
- Implementar eleições diretas para representantes de usuários (todos os cidadãos podem votar) e para representantes de trabalhadores (apenas trabalhadores votam).
- Ampliar a divulgação em locais sem acesso a computador.
- Dispor de orçamento para investimentos em transporte e tecnologia.
- Assegurar pagamento de despesas para as atividades: deslocamento, alimentação e hospedagem.

Métodos de escolha

Quais métodos ou processos mais adequados para a escolha de representantes da sociedade civil em colegiados de forma a garantir maior democratização e possibilitar a renovação das representações?

- Realizar eleições por categorias ou organizações nas conferências com participação popular.
- Efetuar chamamento público com ampla divulgação para entidades de representação de cada categoria se cadastrarem.
- Incluir prova de títulos para comprovar experiência na área.

- Realizar consulta pública para definir os critérios da participação.
- Estabelecer mecanismo de eleição em que os candidatos apresentem suas propostas e sejam votados em secreto.
- Democratizar espaços, com ampla publicização do processo de escolha e do trabalho dos colegiados.
- Promover assembleias para a escolha dos representantes e seus suplentes.
- Assegurar reconhecimento do coletivo e envolvimento com as características e identidades dos representados.
- Promover transparência e independência no processo de seleção.

Processos formativos: política de formação e práticas educativas

Como pode ser estruturada uma política de formação para o fortalecimento de colegiados, incluindo a definição do público desta política, diretrizes, instrumentos de implementação, ações específicas e responsáveis por sua execução?

Quais práticas educativas, recursos pedagógicos, conteúdos formativos e parcerias podem ser implementados para contribuir com o fortalecimento de colegiados?

- Criar Núcleos de Educação permanente para membros de colegiados e Conselhos para Capacitação Democrática Permanente.
- Promover capacitação sobre controle social, participação social, LOA e democracia.
- Realizar seminários, jogos, uso de plataformas digitais, conteúdos de contextos gerais de políticas públicas.
- Oferecer cursos de capacitação por meio de plataforma on-line para que todos/as possam se manifestar e que contanha conteúdo.
- Promover formação sociopolítica da sociedade civil através de organizações com recursos públicos destinados à educação popular.
- Realizar cursos de formação dos conselheiros como agente multiplicador, em parcerias com as instituições públicas de ensino.
- Capacitar representantes da sociedade civil para atuar nos colegiados nacionais e para o exercício do controle social.
- Formar gestores para implementar as decisões dos colegiados.
- Promover participação social qualificada para controle social efetivo e implementação de políticas públicas eficazes.
- Utilizar metodologias de formação permanente e continuada como cursos online e presenciais, seminários, oficinas, palestras, rodas de conversa, etc.
- Desenvolver materiais didáticos diversificados.
- Promover interação entre os participantes com ênfase na prática usando simulações, estudos de caso, visitas técnicas, intercâmbio de experiências.
- Oferecer diferentes formatos de formação (presencial, online, híbrido).
- Garantir recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência.
- Divulgar as atividades em diferentes canais de comunicação.
- Efetividade

- Garantir que as deliberações e recomendações de conselhos sejam de interesse público.
- Tornar as decisões dos colegiados vinculantes para a gestão e políticas públicas.
- Assegurar que ministros/as, secretários/as e outros/as agentes da estrutura ministerial respondam às demandas e questionamentos dos colegiados.
- Tornar obrigatória a consulta dos ministérios e outros órgãos aos conselhos sobre temas afetos ao segmento que representa.
- Criar assessoria jurídica da União para os colegiados.
- Designar consultoria na área de orçamento para consolidar os atos dos colegiados em propostas orçamentárias.
- Garantir que os representantes recebam com antecedência os materiais para deliberação, com qualidade, relevância e profundidade adequadas.
- Indicar como as deliberações e recomendações do colegiado serão incorporadas pelas políticas públicas.
- Aprimorar a qualidade do processo decisório, incorporando os riscos, garantindo a conformidade com os princípios éticos e as normas legais, e aumentando a confiança e a legitimidade da gestão.
- Divulgar amplamente os acordos firmados.
- Disponibilizar relatorias de forma acessível aos interessados.
- Instituir comitês de acompanhamento.
- Propor uma agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão.
- Desenvolver sistemas de monitoramento, acompanhamento e avaliação das Políticas Públicas.
- Fortalecer os instrumentos de avaliação de impactos das políticas públicas.
- Monitorar e rastrear as execuções (com relatórios e reportes, georreferenciados, se for o caso) realizado pelo poder executivo.
- Realizar o repasse de recurso federal, condicionado ao cumprimento das deliberações do conselho da área em questão.
- Garantir o caráter deliberativo dos conselhos.
- Rever os colegiados que não são deliberativos.
- Registrar adequadamente as reuniões dos colegiados.
- Divulgar as deliberações e recomendações de forma massiva nas redes sociais.
- Utilizar mecanismos de transparência e monitoramento para o acompanhamento da sociedade civil sobre as decisões do Conselho.
- Manter comissões permanentes envolvendo controle social e gestões de cada "pasta" para monitoramento permanente das deliberações de conferências nacionais.

Inovações

Quais inovações metodológicas e ferramentais se mostraram eficazes no funcionamento de colegiados e podem servir de modelo para outros órgãos, incluindo a articulação entre participação presencial e participação digital?

- Desenvolver aplicativo para troca de informações, debates e deliberações, com banco de dados e alcance transversal.
- Utilizar mecanismos de consulta digitais para recepção de demandas da sociedade civil.
- Sistematizar experiências como suporte à Educação Popular em plataformas online, utilizando sistemas em EAD, plataformas como Zoom, escolas, sindicatos, instituições de ensino e associação de moradores.
- Utilizar redes sociais, TIC (tecnologia da informação e comunicação) e IA (inteligência artificial).
- Empregar metodologias de trabalho assíncrono e ferramentas digitais como Slack, Trello e Notion.
- Atualizar constantemente os sites dos conselhos na internet, padronizando os formatos de documentos e informações a serem divulgadas.
- Garantir a perenidade dos conselheiros, evitando alta rotatividade por critérios políticos.
- Utilizar didáticas que dialoguem melhor com a sociedade, práticas lúdicas, métodos de ausculta social e dialógica, e garantir acessibilidade.
- Adotar metodologias ágeis para desenvolvimento de projetos (a exemplo do Scrum) e monitoramento das políticas públicas, com amplo nível de transparência em todas as suas etapas.
- Realizar reuniões virtuais e presenciais, consultas públicas, audiências e conferências.
- Assegurar sistema de monitoramento, acompanhamento e avaliação de políticas, formação continuada, sistematização de práticas exitosas, núcleos e fóruns de debates permanentes.
- Compartilhar a experiência do SUS, que possui um acervo muito significativo para oferecer às demais políticas públicas.
- Utilizar dashboards, ferramentas de votação, inclusão e solicitação de pautas.
- Realizar reuniões online/híbridas de comissões, GT e grupos de estudo.
- Elaborar documentos de forma colaborativa em arquivos online para construção coletiva de resoluções e deliberações.
- Disponibilizar arquivos e materiais de trabalho na nuvem.
- Fazer transmissão online das reuniões plenárias e manter presença digital dos colegiados.
- Manter interlocução continuada com estrutura de gestão pública afim.
- Implementar ferramentas de vídeo-conferências para reuniões híbridas, realizar transmissões ao vivo no YouTube e canais oficiais do órgão, garantindo a democratização do acesso, a transparência nas decisões e a participação de todos os membros do colegiado e da sociedade civil.

- Adentrar em comunidades tradicionais com difícil acesso para acessar informações de suas experiências, enriquecendo com a diversidade e soluções novas.
- Investir em tecnologia e transporte nas comunidades tradicionais, incluindo internet.

Recursos e Estrutura Administrativa

Como assegurar recursos e estrutura administrativa necessários ao adequado funcionamento dos colegiados?

- Garantir orçamento para colegiados, incluindo rubricas específicas na LDO, LOA e PPA para cada colegiado.
- Destinar percentual mínimo e adequado do orçamento para os colegiados.
- Criar fundo específico para os colegiados.
- Utilizar emendas parlamentares.
- Estruturar um Comitê/Comissão gestora dos conselhos dentro dos órgãos.
- Designar servidores para assessoramento administrativo.
- Garantir recursos para estrutura física, recursos humanos e materiais.
- Firmar parcerias com instituições públicas e privadas.
- Criar mecanismos de contribuição financeira voluntária.
- Utilizar recursos de filantropia e de políticas de doações de recursos privados.
- Trabalhar em conjunto com as instâncias municipais, estaduais e nacionais.

Transparência

Como promover a transparência e o uso de linguagem simples para fortalecer a participação e melhorar o funcionamento de colegiados?

- Disponibilizar decisões em aplicativo ou plataformas digitais.
- Criar site específico para comunicar todas as decisões e ações do Conselho, com linguagem acessível.
- Elaborar cartilhas e boletins periódicos com prestação de contas.
- Produzir conteúdos escritos, visuais, musicais e teatrais para diferentes públicos.
- Utilizar o portal da transparência e distribuir cartilhas aos conselhos municipais e locais.
- Atualizar constantemente os sites dos conselhos e padronizar as informações disponibilizadas.
- Gravar e transmitir as reuniões pelo Youtube, com fácil acesso para todos.

- Tornar obrigatória a publicação de atas, pautas, calendário de reuniões, documentos, currículo de membros, metodologia de funcionamento e gravações das discussões.
- Publicar todos os atos no Diário Oficial da União, nas redes sociais dos ministérios e na Agência Brasil.
- Garantir que os votos divergentes e informações relevantes estejam nas atas.
- Promover ações que contemplem a tradução para libras e audiodescrição para pessoas com deficiência.
- Prestar contas e elaborar relatórios de forma contínua de ações e conquistas do órgão.
- Adotar linguagem simples e acessível evitando jargões técnicos e siglas.
- Elaborar glossários para os temas complexos.
- Transformar as deliberações e recomendações em matérias jornalísticas.
- Treinar os membros do colegiado na adaptação dos discursos e divulgação institucional.
- Utilizar redes sociais para comunicar com a sociedade diretamente, com apoio institucional da SECOM.
- Realizar campanhas educativas com leitura rápida e fácil, com distribuição de cartazes e chamadas na TV.
- Promover pesquisa de satisfação dos participantes.
- Prever transparência nos regimentos.
- Divulgar as ações executadas e consultas públicas.
- Garantir transparência na cadeia de tomada de decisão.
- Cumprir a Lei de Acesso à Informação.

Perfil dos respondentes

49 pessoas

21 conselheiras e conselheiros nacionais

28 não são conselheiros nacionais, entre os/as quais, duas pessoas fazem parte de secretaria executiva de conselho nacional